Separata ao Boletim do Exército

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO

SEPARATA AO BE Nº 22/2016

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO

PORTARIA Nº 053-DECEx, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB - EB60-D-08.001).

Brasília-DF, 3 de junho de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
(Insp G Ens Ex / 1937)

PORTARIA Nº 053-DECEx, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Aprova a Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB - EB60-D-08.001).

O **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO**, no uso das atribuições o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 (Regulamento da Lei do Ensino no Exército) e em cumprimento ao art. 35 do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126) aprovado pela Portaria nº 549-Cmt Ex, de 6 de outubro de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar a presente Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB - EB60-D-08.001) que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

INDICE DOS ASSUNTOS

Pág da Port

INTRODUÇÃO..... 07
TÍTULO I - MARCO CONCEITUAL..... 09
CAPÍTULO I - HISTÓRICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL..... 09
CAPÍTULO II - BASE LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E FILOSÓFICA..... 12
Seção I - Ensino Preparatório..... 12
Seção II - Ensino Assistencial..... 13
Seção III - Escola e sociedade..... 14
Seção IV - Conclusão parcial..... 14
CAPÍTULO III - ETAPAS DA ATIVIDADE ESCOLAR..... 15
Seção I – Planejamento..... 15
Seção II – Execução..... 16
Seção III – Avaliação..... 16
Subseção I - Avaliação Diagnóstica..... 16
Subseção II - Avaliação Formativa..... 16
Subseção III - Avaliação Somativa..... 17
Seção IV – Currículos..... 17
Seção V – Interdisciplinariedade..... 18
Seção VI – Contextualização..... 18
Seção VII - Pluralismo pedagógico..... 19
CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL..... 19
CAPTÍTULO V - SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS..... 21
TÍTULO II - MARCO SITUACIONAL..... 21
CAPÍTULO I - METODOLOGIA DE PESQUISA PARA O MARCO SITUACIONAL..... 22
Seção I - Preenchimento do formulário “Caracterização do SCMB”..... 22
Seção II - Preenchimento do formulário “Perfil Socioeconômico do Docente / Agente de Ensino”..... 22
Seção III - Preenchimento do formulário “Perfil Socioeconômico do Discente”..... 23
Seção IV - Sobre o caráter analítico do Marco Situacional..... 23
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO SCMB POR MEIO DOS COLÉGIOS MILITARES..... 24
Seção I - Disponibilidade para expansão..... 24
Seção II - Existência de dependências nos CM..... 25
Seção III - Salas de aulas..... 26

INDICE DOS ASSUNTOS

	Pág da Port
Seção IV - Recursos humanos - efetivo do corpo permanente (administração e ensino).....	27
Seção V - Efetivo discente.....	28
Seção VI - Diagnóstico escolar - média total de reprovação.....	28
Seção VII - Diagnóstico escolar - reprovação por ano escolar e disciplinas.....	29
Seção VIII - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	30
Seção IX - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	32
Seção X - Avaliação Diagnóstica - efeito-escola.....	33
Seção XI - Aprovação na EsPCEx.....	33
Seção XII - Acessibilidade - adequação das estruturas físicas.....	34
Subseção I - Acesso principal do estacionamento.....	35
Subseção II - Entrada do colégio.....	35
Subseção III - Banheiros.....	35
Subseção IV - Vestiários.....	36
Subseção V - Auditório.....	36
Subseção VI - Piscina.....	37
Subseção VII - Bebedouro.....	37
Subseção VIII - Salas de aula.....	38
Subseção IX - Refeitório.....	38
Subseção X - Outros itens de acessibilidade.....	39
CAPÍTULO III - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DOCENTES / AGENTES DE ENSINO..	39
Seção I - Identificação do Perfil - Por Categoria.....	39
Seção II - Identificação do Perfil - Por Formação.....	40
Seção III - Identificação do Perfil - Por Disciplina.....	40
Seção IV - Agentes de ensino por categoria.....	41
Seção V - Dados complementares à formação.....	41
Subseção I - Docentes/agentes de ensino que possuem formação ou algum curso com foco na educação inclusiva.....	41
Subseção II - Docentes/agentes de ensino que têm interesse em realizar curso na área da educação inclusiva.....	42
CAPÍTULO IV - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES.....	42
Seção I - Origem do ingresso.....	42
Seção II - Gênero.....	42

INDICE DOS ASSUNTOS

	Pág da Port
Seção III - Tempo médio de deslocamento do domicílio ao CM	42
Seção IV - Nível de escolaridade dos responsáveis	43
Subseção I - Escolaridade dos pais	43
Subseção II - Escolaridade das mães	43
CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICO SINTÉTICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL	44
TÍTULO III - MARCO OPERACIONAL	45
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	45
CAPÍTULO II - METAS REFERENTES À CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS COLÉGIOS MILITARES	46
CAPÍTULO III - METAS REFERENTS AO PERFIL DOCENTE / AGENTE DE ENSINO	49
CAPÍTULO IV - METAS REFERENTES AO PERFIL DISCENTE	53
CAPÍTULO V - QUADRO SINÓTICO DAS METAS	56
CAPÍTULO VI - CRONOGRAMA DE ALCANCE DAS METAS DO MARCO OPERACIONAL	57
ANEXOS AO MARCO OPERACIONAL	58
CONCLUSÃO	59
ANEXOS AO PROJETO PEDAGÓGICO	60
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Sua fundamentação teórica do PP/SCMB e o desenvolvimento dos trabalhos seguem o referencial de projeto pedagógico proposto VASCONCELLOS (2008):

(,,,) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade[1]*. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados.*

O PP/SCMB se encontra dividido em três marcos, a saber.

a. Marco Conceitual (ou Filosófico): expressa a opção e os fundamentos teórico-metodológicos do Sistema, ou seja, aquilo que a Instituição (Exército Brasileiro) entende como sendo seu ideal de aluno, conteúdo, recursos diversos (humanos, materiais e simbólicos), corrente pedagógica etc.

1VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.* São Paulo: Libertad, 2008.

b. Marco Situacional (ou Referencial): identifica, explicita e analisa os problemas, necessidades e avanços presentes na realidade social, política, econômica, cultural, educacional e suas influências nas práticas educativas da escola.

c. Marco Operacional: apresenta as propostas e linhas de ação, enfrentamentos e organização da escola para a aproximação do ideal delineado pelo Marco Conceitual.

Considerando que o SCMB é constituído por unidades diferentes, porém submetidas aos mesmos objetivos, e que, para a melhor consecução destes objetivos, se faz necessário o reconhecimento destas diferenças e o estabelecimento de percursos distintos para cada Colégio Militar, o PP/SCMB se valerá de um único Marco Conceitual, como direção geral para o desenvolvimento dos CM, de um único Marco Situacional que avalia o posicionamento de cada Colégio em relação às expectativas estabelecidas e de doze Marcos Operacionais, os quais são as propostas de cada CM para a missão geral do PP/SCMB.

O presente documento, portanto, apresenta o Marco Conceitual discutido pelos CM junto à DEPA ao longo de 2012 - 2013, a versão analítica do Marco Situacional apurado em 2014 e as orientações (premissas) para os Marcos Operacionais de cada CM, os quais estão disponíveis na DEPA.

Considerando, também: a dinâmica inerente a qualquer processo educativo, a qual impõe o estabelecimento de mecanismos de avaliação e retroalimentação do processo; e a vinculação do PP/SCMB, na condição de "atividade", ao Subprojeto de Modernização do Ensino do SCMB, subordinado, por sua vez, ao Projeto de Revitalização do SCMB - o que impõe, também, mecanismos de avaliação e prestação de contas -; o PP/SCMB passará por reavaliações periódicas, tendo sempre como melhor oportunidade para "ponto de controle" as reuniões anuais do Conselho de Ensino da DEPA (CEDEPA).

Com o mesmo fim de permitir a atualização das informações e a reorientação do processo educativo frente às mudanças contextuais, todo o PP/SCMB, com seus três marcos, deverá ser reiniciado trienalmente (próximo ciclo: 2017 - 2019).

TÍTULO I
MARCO CONCEITUAL (OU FILOSÓFICO)

CAPÍTULO I
HISTÓRICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

Desde os primeiros tempos do Brasil como Nação independente, os militares pleiteavam a criação de uma instituição encarregada de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada. Em 1840, o Regente Araújo Lima, Marquês de Olinda, procurou estabelecer, por meio de decreto, um colégio para os filhos necessitados dos capitães e oficiais subalternos, no Arsenal de Guerra da Corte: o "Colégio Militar do Imperador". A idéia foi nobre, mas não chegou a se tornar uma realidade.

O Duque de Caxias viveu, junto a seus comandados, as agruras dos que deixaram suas famílias para se dedicarem à defesa da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança. Percebeu o quanto influenciava no ânimo de luta dos soldados, sabê-las amparadas. Logo entendeu que, além da pensão a garantir o sustento, a educação oficial "evitaria a indigência" de seus órfãos, caso eles sucumbissem na frente de batalha. Sabedores de que, se a Pátria protegesse suas famílias, o moral da tropa cresceria e, consequentemente, elevaria o PODER DE COMBATE das tropas imperiais.

Acalentando essa ideia, o Duque de Caxias deixou o comando do Exército e elegeu-se Senador do Império. Em 1853, apresentou um projeto ao Senado, criando um Colégio Militar (CM) na Corte. Não conseguiu convencer os seus pares e a iniciativa não prosperou. O mesmo Caxias, em1862,

insistiu, novamente, na criação de uma Escola *"... que amparasse os órfãos, filhos de militares da Armada e do Exército que participaram na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições"*. Mais uma vez, o desejo não se concretizou.

Apenas no final do Império, o Conselheiro Thomaz Coelho, ex-ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, conseguiu a criação do Imperial Colégio Militar (Decreto Nº 10.202, de 9 de março de 1889). O educandário, em pouco tempo, impõe-se dentro do cenário educacional do País. Em 1912, foram criados mais dois Colégios Militares: o de Porto Alegre e o de Barbacena.

Reações contrárias aos novos estabelecimentos de ensino aconteceram. Nos orçamentos de 1915 e de 1916, foram apresentadas emendas visando à extinção dos três Colégios Militares, então, existentes. Felizmente, não lograram êxito as duas tentativas e o Senador pelo Piauí, Abdias Neves, surgiu em defesa daquelas instituições. Com base no judicioso parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Manoel Carneiro Monteiro, aprovado integralmente pelo então Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, a questão foi arquivada. E o que foi melhor, animou o Governo Federal a criar o Colégio Militar do Ceará (Lei Nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919).

Quatro estabelecimentos funcionavam normalmente, quando por razões políticas, o CM de Barbacena foi extinto, em 1925,e os seus servidores distribuídos por outras organizações do Exército. Em 1938, são extintos os Colégios do Ceará e de Porto Alegre. Restou, apenas, o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Alguns anos depois, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, iniciou uma nova fase de progresso para o ensino colegial no Exército, criando o Colégio Militar de Belo Horizonte (1955), resgatando uma dívida de 30 anos para com o povo mineiro. Nasceu, também, o Colégio Militar de Salvador em 1957, já idealizado pelo Ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso. Um ano mais tarde, foi criado o Colégio Militar de Curitiba, em 1958, e, completando o ciclo, o Colégio Militar de Recife em 1959.

Os antigos Colégios de Porto Alegre e de Fortaleza foram transformados em Escolas Preparatórias e voltaram a funcionar como CM em 1962.

Entre avanços e recuos, os anos passaram e ocorreram novas modificações no SCMB. Na década de 70, foram criados o Colégio Militar de Manaus (1971) e o de Brasília (1978), este já previsto em despacho, de 1959, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, bem como a DEPA, em 1973 (Decreto nº 71.823), então com a denominação de "Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial" e a missão de coordenar as atividades de planejamento e condução do ensino desses Colégios.

Em 1988, foram fechados o Colégio Militar de Belo Horizonte, o Colégio Militar de Salvador, o Colégio Militar de Curitiba e o Colégio Militar do Recife, que já prestavam relevantes serviços à educação.

A retomada do processo de ampliação do Sistema aconteceu quando assumiu a Pasta do Exército o General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena. Foram reativados, em 1993, os Colégios Militares de Curitiba, de Salvador, do Recife e de Belo Horizonte e ainda criados, em 1993, os Colégios Militares de Juiz de Fora e de Campo Grande e, em 1994, o de Santa Maria.

Em 1989, um século depois da criação do primeiro Colégio Militar, as meninas foram admitidas como alunas para cumprir as mesmas atividades curriculares dos meninos. No ano de 1995, formou-se a turma pioneira de alunas dos Colégios Militares. Anualmente, por ocasião dos concursos de admissão ao 6º ano do Ensino Fundamental e ao 1º ano do Ensino Médio, moças e rapazes disputam as vagas disponíveis em igualdade de condições.

---

8 - Separata ao Boletim do Exército nº 22, de 3 de junho de 2016.

Em 2001, foi criado o curso na modalidade de ensino a distância (CEAD), coordenado pelo Colégio Militar de Manaus, com a finalidade de oferecer o Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos aos dependentes de militares da região amazônica.

Em 2004, o ensino a distância foi ampliado, sendo oferecido também aos dependentes de militares em missão no exterior.

Em 2006, foi ofertado ensino a distância também para os alunos do Ensino Médio.

A partir de 2010, embasado nas concepções pedagógicas apontadas pelo Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino no Exército (GTEME), em 1995, e em face das mudanças ocasionadas pelas inserções das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), da Globalização, e de um novo cenário profissional configurado para o século XXI, o Comandante do Exército, assessorado pelo Estado Maior do Exército (EME) e pelo DECEx decidiu implantar uma nova abordagem pedagógica para nortear a formação de seu pessoal. Por meio da Portaria nº 152-EME, de 16 Nov 2010, foi aprovada a Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército da Linha de Ensino Militar Bélico, destacada abaixo:

"6. ATRIBUIÇÕES

b. Departamento de Educação e Cultura (DECEx)

1. Atribuições Técnico-Pedagógicas

(...) orientar a condução da nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico segundo um processo de ensino aprendizagem orientado pela 'educação por competências'".

A partir de 2012, o DECEX, buscando estimular a implantação da nova abordagem nas escolas militares subordinadas, por meio da Portaria nº 38, de 12 de abril de 2012, manteve as normas em vigor apenas para as escolas que não tiveram condições de promover a implantação; as que tivessem condições de prosseguir na implantação regulariam suas atividades em dispositivos próprios e temporários.

Em 28 de fevereiro de 2012, por meio da Portaria nº 137- Cmdo Ex, é aprovada a Diretriz para o Projeto de Implantação do Ensino por Competências no Exército Brasileiro, com o objetivo de desenvolver um projeto de ensino por competências no Sistema de Ensino do Exército e no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB).

Diante da ordem emanada, a DEPA elaborou o Subprojeto de Implantação do Ensino por Competências (2012) com os seguintes objetivos:

- implantar o Ensino por Competências nos Colégios Militares;

- adequar toda a estrutura da educação básica à nova proposta metodológica;

- desenvolver a capacitação do corpo permanente dos CM de modo a estimular a inovação das práticas pedagógicas, o uso das tecnologias de informação e a conscientização da perspectiva dos multiletramentos como fundamento básico para o desenvolvimento das competências discentes;

- elaborar o Projeto Pedagógico do SCMB; e

- implementar metodologia específica para o combate ao fracasso escolar.

Aquela grande mudança voltou-se, principalmente, para as ações didático-metodológicas destinadas à formação do aluno do Colégio Militar que precisam estar em consonância com a legislação

vigente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Parâmetros Curriculares Nacionais), levando-se em conta o perfil etário, afetivo e cognitivo de seu público e a finalidade de sua missão.

Os termos competências e habilidades constam nos PCN desde 1998, com o propósito de inverter a ação pedagógica da escola tradicional, com seu ensino propedêutico e conteudista que levava os alunos à memorização dos conteúdos.

Nesta abordagem, a ação recebe mais ênfase, na medida em que se levam os alunos a encontrarem um significado nos conteúdos, na medida em que a escola vai partir de suas motivações e conhecimentos prévios, em detrimento de conceitos previamente estabelecidos.

A aplicabilidade do conhecimento fica mais clara para o aluno que passa a se sentir mais motivado ao identificar a finalidade do que está aprendendo.

Ainda no ano de 2012, a DEPA foi renomeada para "Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial" (Dec Pres nº 7809 de 20 de setembro), no bojo de um conjunto de adequações promovido pelo DECEx.

Em 2015, o SCMB expandiu-se mais uma vez, com a criação do 13º CM, o Colégio Militar de Belém (CMBel), por intermédio da Portaria do Comandante do Exército nº 1034, de 6 de agosto de 2015, localizado na capital paraense e destinado a atender o público pertencente ao Comando Militar do Norte.

Os Colégios Militares têm, hoje, o seu ensino valorizado por uma prioritária destinação assistencial, conforme será explicitado a seguir, a qual culmina em uma finalidade preparatória destinada aos estabelecimentos de ensino militares, com prioridade para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), e para instituições civis de ensino superior.

CAPÍTULO II
BASE LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E FILOSÓFICA

A fundamentação que norteia esta proposta são os princípios gerais e os preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (R-69)[1], em especial aqueles presentes nos artigos 2º a 4º.

"Os CM são organizações militares (OM) que funcionam como estabelecimentos de ensino (Estb Ens) de educação básica, com a finalidade de atender ao Ensino Preparatório e Assistencial"(art. 2º).

Faz-se necessário o preciso entendimento das duas vertentes de ensino aqui destacadas - a preparatória e a assistencial -, bem como do caráter imprescindível da articulação entre elas, no intuito do melhor cumprimento da missão dos Colégios Militares:

"(...) ministrar a educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio" (art. 3º).

Seção I
Ensino Preparatório

"Os CM subordinam-se, diretamente, à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) e destinam-se a:

(...)

1Aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 42, de 6 de fevereiro de 2008.

II - capacitar os alunos para o ingresso em estabelecimentos de ensino militares, com prioridade para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), e para instituições civis de ensino superior" (§ 2º, art. 2º do R-69).

Neste sentido, o ensino preparatório prepara para a vida. Preparar para a vida é capacitar todos os discentes à busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como *em aberto*[1] esta capacitação.

O ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares - em especial para o ingresso na EsPCEx -, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior.

Este ensino deve, portanto, preparar para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, onde a posse do conhecimento não é suficiente, mas, também, a flexibilidade de seu emprego em conjunção às relações interpessoais.

Encontra-se a síntese do ensino preparatório na redação dada pelo Regimento Interno dos Colégios Militares (RICM, 2012):

"II - capacitar o aluno à absorção de conteúdos programáticos qualitativos e de pré-requisitos essenciais ao prosseguimento de seus estudos, com base no domínio da leitura, da escrita e das diversas linguagens utilizadas pelo homem, permitindo-lhe analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e cálculos, para resolver situações problemas simples ou complexas, valorizando o seu desenvolvimento pessoal" (Art. 4º).

Seção II
Ensino Assistencial

"Os CM subordinam-se, diretamente, à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) e destinam-se a:

I - atender aos dependentes de militares de carreira do Exército, enquadrados nas condições previstas neste Regulamento, e aos demais candidatos, por meio de processo seletivo; e

(...)" (§ 2º, art. 2º do R-69).

A educação assistencial remete à gênese e à justificativa do próprio SCMB: a busca do equacionamento das vicissitudes inerentes à profissão militar, das dificuldades impostas à família castrense que impactam o moral da tropa.

Foi o reconhecimento, pelo Duque de Caxias, da necessidade de amparo aos dependentes dos militares que deu origem ao SCMB. Eliminar ou minimizar aquelas desvantagens produzidas pelas características intrínsecas ao labor castrense (movimentações constantes, moradia em localidades inóspitas, menor convivência com a família etc.) passou a ser uma missão que, com seu cumprimento, reverteria em ganho para o moral da tropa, entendido como o conjunto de condições biopsicossociais necessárias ao desempenho das funções militares.

O Exército Brasileiro, por meio do objetivo nº 12 de sua Política Militar Terrestre, enfatiza a necessidade de se "*proporcionar, à família militar, melhor qualidade de vida, com prioridade para as áreas de saúde, moradia (...), assistência social, lazer e ensino assistencial"*. Enfatiza, também, a importância do fortalecimento da dimensão humana, pela valorização do

1*Em aberto,* porque não se destina a um fim previamente definido pelos Colégios Militares, mas à pluralidade de prosseguimentos possíveis dos estudos ou, até mesmo, ao não prosseguimento dos mesmos.

"conjunto de todos os fatores, geridos pela instituição, que influenciam o profissional militar e o servidor civil, do ambiente de trabalho a seus familiares, e que são caracterizados pelas seguintes atividades de gestão de pessoas: agregar (recrutar e selecionar) aplicar (orientar e modelar o trabalho); motivar (valorizar, prover incentivos, benefícios e serviços); desenvolver; manter; e monitorar"

É pelo reconhecimento da primazia da educação assistencial e de sua articulação com a educação preparatória que cresce de importância o apoio pedagógico, entendido em duas dimensões: como atividade pontual destinada ao resgate dos alunos com dificuldades de aprendizagens - os quais, em sua grande maioria, advêm da família militar - e como conjunto de ações em que todo o Colégio se alinha em favor da finalidade assistencial. O desafio para o SCMB passa a ser a construção dessa articulação: levar os alunos que necessitam do apoio pedagógico à consecução exitosa de seus objetivos pessoais.

Seção III
Escola e sociedade

Na concepção de educação do SCMB, o ser humano é entendido como ser ativo, crítico, construtor de sua cultura, de sua história e da sociedade em que vive. Para ele, é imprescindível o acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atitudes próprias ao cidadão. A educação básica, na perspectiva dos CM, vai dirigir-se ao ser humano integral, englobando todas as dimensões de sua relação com o mundo (cognitiva, afetiva, social e física).

Um dos principais objetivos do processo educativo escolar é elaborar os instrumentos de descoberta, escolha e integração das informações disponíveis. Nesse sentido, a escola é definida como espaço de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho.

Vivemos na sociedade do conhecimento. Os aspectos peculiares das transformações pelas quais a sociedade passa, as inovações tecnológicas e exigência de novas funções; o avanço científico e o surgimento de novas questões éticas, principalmente no campo da genética e nos desafios bioéticos daí resultantes, ou de novas tecnologias da informação; as recentes preocupações com o desenvolvimento sustentável pautado na manutenção de heranças culturais e a preservação ambiental. Esses aspectos reforçam o papel da escola em nossa sociedade: ser mediadora, realçando as identidades culturais locais, regionais e nacionais, devendo a escola, para tanto, estar capacitada - física e pedagogicamente - para enfrentar os desafios atuais que afetam também seu cotidiano.

É neste cenário que se inserem os Colégios Militares, educandários fortemente ancorados nos valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro. É deste somatório que emerge a identidade do Sistema, o diferencial capaz de gerar vínculo, apego e sentimento de pertença aos Colégios.

Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os Colégios Militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina. Esta peculiaridade, que os distinguem no todo maior da educação nacional, reforça a imagem que os Colégios Militares vieram lapidando ao longo de mais de cento e vinte anos: sua marca particular.

O perfil do estudante que ingressa, atualmente, nos CM é distinto do estudante que há dez, quinze anos, ingressava nesses estabelecimentos de ensino. Tal como a velocidade de transformação da sociedade brasileira e mundial, o indivíduo de hoje pertence a uma geração denominada pelo meio acadêmico de "nativa digital". Seus anseios, suas relações sociais, seus costumes e, principalmente, suas "apropriações do saber" se dão de maneira distinta às do passado. Eis então o desafio contemporâneo da escola: buscar novas metodologias para atender às novas demandas, estimulando os docentes do Sistema a novas práticas de ensino.

12 - Separata ao Boletim do Exército nº 22, de 3 de junho de 2016.

O SCMB preocupa-se em formar jovens ativos e criativos, autônomos e autores, providos de competências, habilidades e de valores éticos e morais cultuados pelo Exército Brasileiro, ou seja, indivíduos mais responsáveis, atuantes e transformadores.

Seção IV
Conclusão parcial

É segundo a articulação eficaz do ensino preparatório com o ensino assistencial, em um ambiente identificado segundo os valores, costumes e tradição do Exército Brasileiro e apoiado sobre as mesmas hierarquia e disciplina que o estruturam, que os Colégios Militares cumprem sua missão de proporcionar educação básica a seus alunos.

As metas gerais relacionadas no art. 4º do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 042 de 6 de fevereiro de 2008, sintetizam com precisão a ação educacional proposta para os Colégios Militares:

"I - permitir ao aluno desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cônscio de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência;

II - propiciar ao aluno a busca e a pesquisa continuadas de informações relevantes;

III - desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, ensinando- os, pois, a aprender para a vida e não mais, simplesmente, para fazer provas;

IV - preparar o aluno para refletir e compreender os fenômenos e não, meramente, memorizá-los;

V - capacitar o aluno à absorção de pré-requisitos fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;

VI - estimular o aluno para a saudável prática de atividade física, buscando o seu desenvolvimento físico e incentivando a prática habitual do esporte; e

VII - despertar vocações para a carreira militar".

CAPÍTULO III
ETAPAS DA ATIVIDADE ESCOLAR

Seção I
Planejamento

O SCMB tem como órgão central a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). Criada em 7 de fevereiro de 1973, com a denominação de Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, a DEPA tem por missão coordenar as atividades de planejamento e condução da educação, fortalecendo a identidade do sistema como um todo.

Garantindo os preceitos comuns a todos os Colégios, definidos pelo Exército Brasileiro, bem como o cumprimento daquelas determinações advindas da legislação federal, a DEPA propicia a unidade do conjunto, por meio da governança do SCMB.

Seção II
Execução

Os CM são estabelecimentos de ensino que ministram educação básica. Assim sendo, executam seu próprio planejamento em consonância com o planejamento e as orientações exaradas pela DEPA, exercendo a dupla função de atender às suas particularidades e às diretrizes da Diretoria, sempre em prol dos objetivos do SCMB. Cumpre enfatizar a necessidade de clareza quanto a estes objetivos, bem como quanto às condições de execução dos mesmos.

É por meio desta relação que pode ser otimizada a gestão educacional do SCMB: os CM, distribuídos por todo o Brasil e sujeitos a particularidades diversas, organizam-se para o cumprimento de especificações do SCMB como um todo, sempre considerando suas situações singulares.

Seção III
Avaliação

A avaliação deve ser entendida em três níveis relacionados: do discente, do docente e institucional. Neste entendimento, os resultados dos discentes (alunos) devem ser vinculados aos resultados dos docentes (professores), bem como os resultados de cada CM serem vinculados aos resultados de seus alunos e professores.

O sucesso ou o fracasso de cada aluno encontra-se vinculado à eficácia da atuação de seus respectivos professores, além da influência de fatores externos à escola (participação da família na educação, aspectos biopsicossociais, entre outros). Neste sentido, a atuação dos docentes, vinculada ao apoio estrutural, material e didático oferecido pelo CM, é essencial para que o resultado dos alunos evidencie os objetivos da Proposta Pedagógica do SCMB.

Partindo destes três níveis, é possível generalizar as categorias de avaliação da seguinte forma.

Subseção I
Avaliação diagnóstica

Tem por objetivo determinar o nível em que um discente (ou grupo) domina as habilidades previstas para iniciar um curso, disciplina, unidade didática ou assunto. As condições iniciais para a aprendizagem alimentam, não só, o planejamento do processo educacional do discente, mas o do docente e o da instituição em relação ao aluno.

Subseção II
Avaliação Formativa

Tem por objetivo acompanhar o discente durante todo o período do curso e conduzi-lo ao pleno alcance das habilidades previstas. Deve ser diária e contínua, permitindo o rápido retorno de como está se processando a aprendizagem e a interação docente e discente, o que propicia a mudança imediata de rumos quando o resultado esperado não é atingido; com a visão da avaliação formativa o processo educacional deixa de ser punitivo e passa a valorizar o aperfeiçoamento do discente.

A avaliação formativa retroalimenta o processo educacional por acontecer ao longo do mesmo, acompanhando seu desenvolvimento. À semelhança da avaliação diagnóstica, devemos entender a formativa acontecendo em três níveis (discente, docente e institucional).

Subseção III
Avaliação Somativa

Tem por objetivo verificar de forma quantitativa e qualitativa o nível em que as habilidades previstas foram alcançados durante uma disciplina, um curso ou parte dele. Os seus resultados são expressos por notas ou menções.

Ao certificar o processo educacional ao fim de uma etapa, possibilitando o prosseguimento dos estudos - se for o caso -, a avaliação somativa expede um aval que deve ser estendido do discente ao docente e à instituição. Ao dizermos que um aluno está apto quanto às habilidades previstas em qualquer momento do processo educacional, dizemos, também, que tanto os docentes quanto a instituição alcançaram seus objetivos no mesmo processo.

Seção IV
Currículos

Os currículos formais praticados no SCMB são nacionalizados. Periodicamente, são realizadas reuniões de revisão curricular das áreas de conhecimento (Códigos, Linguagens e suas Tecnologias; Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias), por meio das quais são atualizadas as correspondentes matrizes de competências e habilidades e os objetos de conhecimento, bem como discutidos e solucionados os problemas específicos de cada disciplina.

A partir deste evento nacional, é produzido um currículo formal que atende aos CM em suas especificidades e colabora com os objetivos nacionais do SCMB, o qual se encontra organizado dentro de três áreas de conhecimento, a saber:

- Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; e

- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A unidade organizadora do trabalho educativo é a *Sequência Didática*[1], de onde o currículo formal de cada área de conhecimento passou a denominar-se *Plano de Sequências Didáticas (PSD).*

Seção V
Interdisciplinaridade

"É o processo que envolve a integração e o engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar em si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos". (DECEx. Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura,1ª Ed. Rio de Janeiro, 2007. p. 48)

A busca da interdisciplinaridade é um objetivo imperioso para a consecução dos resultados do processo educacional. A adoção do ensino por competências colabora, de forma patente, com este intento, bem como quanto à contextualização, na medida em que se ancora em situações-problema nas quais os objetos de conhecimentos são evocados para o desenvolvimento de habilidades. Nesta metodologia, os conteúdos devem ser justificados por seu emprego, o que os remove da dimensão unicamente teórica para a dimensão da prática.

1 *"conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para desenvolver um conteúdo etapa por etapa"* (DEPA. Guia de Didática, 2015, p.16).

Seção VI
Contextualização

"(...) na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado; a relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania; a aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão". (DECEx. *Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura*,1ªEd.Rio de Janeiro, 2007.p.48)

A contextualização reinsere os objetos de conhecimento no universo maior do qual foram retirados, para fim didático. Completa-se, assim, um duplo movimento: os conteúdos, para servirem à aprendizagem, devem sofrer a *transposição didática*[1] segundo a qual são adaptados aos discentes; mas esta retirada de seu entorno de origem cria um obstáculo a ser superado pela reinserção dos mesmos (contextualização).

A contextualização é útil porque favorece a *aprendizagem significativa*[2], que é o processo segundo o qual os novos conhecimentos ancoram-se em conhecimentos preexistentes. Esta aprendizagem é mais consistente e durável.

Seção VII
Pluralismo pedagógico

A expressão "pluralismo pedagógico" aparece, em nível mais alto, no art. 206 da Constituição Federal: *"O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino"*

Voltando à Lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu art. 3º: *"O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas"*.

E, por fim, na Lei nº 9.786/99, do Ensino do Exército, em seu artigo 3º: *"O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios: (...) V - pluralismo pedagógico"*

Essa assertiva autoriza os sistemas de ensino à escolha e à prática de diferentes correntes pedagógicas. Cumpre observar que, tendo o sistema ou o estabelecimento de ensino feito a escolha, os diversos componentes do processo educacional devem guardar coerência entre si, ou seja, o currículo, a didática e a avaliação - por exemplo - devem seguir a mesma orientação.

É o pluralismo pedagógico, garantido pelos diversos diplomas legais, que permite aos estabelecimentos de ensino do Exército, no presente momento, **o alinhamento pela pedagogia das competências.** Tal orientação impõe que os componentes do processo educacional sigam a mesma pedagogia, assim como, tempos atrás, o processo de modernização do ensino do Exército impôs a reordenação de todas as instâncias educacionais segundo o balizamento do Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino do Exército (GTEME).

1CHEVALLARD, Yves. *La transposition didactique. Du savoir savant au savoir enseigné.* Paris: La Pensée Sauvage, 1991.
2AUSUBEL, David apud MOREIRA, Marco Antônio. *Aprendizagem significativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CAPÍTULO IV
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

A inserção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no SCMB, vem ao encontro das determinações previstas, dentre outros documentos, na Constituição Federal (artigos 208 e 227) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, mais especificamente nos artigos 4º e 58, destacados abaixo:

Art. 4º, III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58. - "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil."

Observando o percurso da educação ao longo de toda a História, nota-se, a despeito de a escola ser a agência responsável pela produção de subjetividade e de cidadania, a existência de teorias e práticas segregadoras, inclusive às que se referem à produção e o acesso ao saber, para membros de determinados grupos. Os diferentes aspectos capazes de promover a inclusão e a exclusão desses membros foram sendo motivos de observação e de ajustes ao longo dos anos que, por conseguinte, reposicionou a escola dentro do contexto social para o qual fora instituída: promover a educação para todos.

Por este motivo, a escola passa a assumir, na última década deste século, o seu local de formadora de protagonistas, promovendo a inclusão de todos os grupos e membros da sociedade a que esteja vinculada.

Nesse sentido, os Colégios Militares, guardiães do sonho do Duque de Caxias, não poderiam se olvidar de, em prestando ensino preparatório e assistencial aos dependentes dos militares, buscar a inserção dos alunos público alvo da educação especial em sua prática pedagógica.

As ações contidas nos conceitos de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, apontam para procedimentos diferenciados no âmbito da comunidade escolar. Assim sendo, em consonância à definição proposta pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, a educação especial deverá ser entendida como uma modalidade de ensino, transversal ao ensino regular, organizada para atender específica e exclusivamente aos alunos público alvo da educação especial. A educação inclusiva já aponta para o apoio e o atendimento à diversidade numa ação educacional humanística e democrática.

Assim, o olhar será dirigido para a singularidade do indivíduo com o objetivo de promover o desenvolvimento, a aprendizagem, a acessibilidade plena e a inserção social.

Do anteriormente exposto, no SCMB, a educação especial abrangerá as adaptações curriculares, as quais serão orientadas pelas Seções de Atendimento Educacional Especializado (SAEE). As ações pedagógicas voltadas para a capacitação de profissionais, montagem de salas funcionais e a coordenação das adaptações curriculares, consideradas como peculiares à Educação Especial, serão gerenciadas pela Seção de Ensino da DEPA, e as ações voltadas para os aspectos de acessibilidade, pela Assessoria de Gestão e Projetos, da DEPA.

No momento em que o SCMB encontra-se consolidando a reformulação pedagógica em face na nova abordagem adotada pelo Sistema de Ensino do DECEx, a inserção da educação especial e inclusiva passa a ser implantada de forma paulatina e adaptada em todo o SCMB.

Entende-se, pois, por inclusão a garantia, o acesso ao saber compartilhado, a formação contínua e a permanência de todos no espaço comum da vida em sociedade. Nesse sentido, no SCMB, toda inserção da educação especial parte do pressuposto que esse processo é gradativo, paulatino; não sendo possível o alcance do patamar ideal num curto espaço de tempo. Essas modificações ocorrerão ano a ano; o que implica o esclarecimento de que nem todas as demandas dos discentes solicitantes dessa modalidade de ensino conseguirão ser atendidas.

É fato que os alunos a serem inseridos e atendidos por esta modalidade de ensino precisarão de metodologias pedagógicas diferenciadas que deverão ser planejadas de forma individual. Essas metodologias devem ser concebidas não como medidas compensatórias e pontuais, mas sim, como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global.

A DEPA entende, pois, que a educação inclusiva abarca a educação especial, mas esta última refere-se a aspectos específicos da prática pedagógica no que concerne às adaptações curriculares de pequeno porte, enquanto que a primeira atenderá, para o SCMB, todas as interfaces da acessibilidade.

CAPÍTULO V
SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS

As ações educacionais desenvolvidas no SCMB visam à formação de um aluno que:

- possua atitudes e incorpore valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cônscio de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência, civil ou militar;

- possua as competências e habilidades fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não simplesmente conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;

- seja autônomo e compreenda o significado das áreas de estudo e das disciplinas, enquanto participante do processo histórico da transformação da sociedade e da cultura, buscando e pesquisando, de forma continuada, informações relevantes;

- possua atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, conforme segue explicitado:

a. Respeitar os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira;

b. Posicionar-se criticamente diante da realidade, assumindo responsabilidades sociais; e

c. Participar produtivamente da sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional.

- tenha despertada a sua vocação para a carreira militar.

TÍTULO II
MARCO SITUACIONAL (OU REFERENCIAL)

CAPÍTULO I
METODOLOGIA DA PESQUISA PARA A DEFINIÇÃO DO MARCO SITUACIONAL

Como levantamento de dados, o Marco Situacional partiu de pesquisa formulada pela DEPA aplicada nos CM, composta de 03 (três) questionários: 1) Caracterização do SCMB; 2) Perfil Socioeconômico Docente / Agente de Ensino do SCMB[1] e 3) Perfil Socioeconômico Discente do SCMB. Para respondê-los, designaram-se comissões para o levantamento de dados em seus CM, que receberam informações e orientações sobre os como fazê-lo.

Os integrantes da comissão foram os responsáveis pela veracidade das informações coletadas. Foram orientados a adotarem as melhores práticas para o preenchimento dos questionários visando à confiabilidade dos dados.

Todas as pesquisas foram preenchidas através de um *link* disponibilizado para o presidente da comissão.

Seção I
Preenchimento do formulário "Caracterização do SCMB"

O formulário "Caracterização do SCMB" apresentou seis partes: 1) Infraestrutura do CM; 2) Recursos Humanos; 3) Diagnóstico Escolar; 4) Acessibilidade - adequação das estruturas físicas; 5) Acessibilidade - demandas atuais e 6) Relatório de Aplicação de Pesquisa.

A comissão teve, primeiramente, que colher os dados nos setores responsáveis pela informação e, após ciência do Comandante, lançá-los no formulário através do *link*. Uma cópia impressa do formulário preenchido foi assinada pelo CM e enviada à DEPA, via SPED.

Foi encaminhada, juntamente com a Ordem de Serviço que regulamentou a pesquisa, a Norma Brasileira ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) a fim de auxiliar o preenchimento dos itens 4 e 5, referentes à acessibilidade.

Foi orientado que qualquer observação referente à coleta de um dado deveria constar na própria resposta do item (caso fosse possível) ou ser registrado ao final do formulário, no Relatório de Aplicação de Pesquisa, onde foram registradas todas as observações julgadas pertinentes, inclusive as relativas ao Perfil Socioeconômico Docente/Agente de Ensino e ao Perfil Socioeconômico Discente.

Seção II
Preenchimento do formulário "Perfil Socioeconômico Docente / Agente de Ensino do SCMB"

O formulário "Perfil Socioeconômico Docente /Agente de Ensino do SCMB" apresentou quatro partes: 1) Identificação; 2) Endereço/ contato; 3) Formação e dados complementares; e 4) Outras observações julgadas pertinentes.

A comissão teve, primeiro, que sensibilizar o corpo docente/agente de ensino sobre a importância do preenchimento correto do formulário para a construção do PP/SCMB, bem como informá-lo que os dados possuíam caráter reservado; feito isso, encaminhou, via e-mail, o *link* para a resposta, estipulando um prazo para o preenchimento. Alguns CM realizaram o preenchimento do formulário a comando.

1A expressão "agente de ensino" compreende "*todas as pessoas envolvidas nas atividades de educação (ensino e pesquisa) e administrativas pertinentes ao processo ensino-aprendizagem*", conforme consta do *Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura,* DECEx: Rio de Janeiro, 2007.

Foi orientada a criação de pontos de controle ao longo do processo, a fim de que a comissão pudesse acionar os docentes/agentes de ensino que porventura não tivessem respondido ao questionário. Também foi orientado que qualquer observação referente à coleta de um dado fosse registrada ao final do formulário, no item "Outras observações julgadas pertinentes".

Seção III
Sobre o preenchimento do formulário "Perfil Socioeconômico Discente do SCMB"

O formulário "Perfil Socioeconômico Discente do SCMB" apresentou quatro partes: 1) Identificação; 2) Endereço/ contato, 3) Dados variáveis; e 4) Outras observações julgadas pertinentes.

A comissão teve, primeiro, que sensibilizar o corpo discente sobre a importância do preenchimento do formulário para a construção do PP/SCMB, bem como informá-lo que a informação possuía caráter reservado; feito isso, foi orientada que elaborasse um cronograma para a aplicação do formulário, a comando de um aplicador, no próprio CM, em horários e locais definidos, de modo que todos os anos escolares pudessem respondê-los.

Foi orientado que qualquer observação referente à coleta de um dado deveria ser registrada ao final do formulário, no item "Outras observações julgadas pertinentes".

Os CM, após a realização da coleta de dados, enviaram suas consolidações para o *link* disponibilizado no *Google Drive*, bem como remeteram o formulário "Caracterização do SCMB" impresso para a DEPA.

As informações mais relevantes foram apresentadas no XXIV Conselho de Ensino da DEPA, realizado em agosto de 2014 no Colégio Militar de Fortaleza, com a presença de todos os Comandantes e Chefes de DE do SCMB, bem como do Diretor de Educação Preparatória e Assistencial e os integrantes da Seção de Ensino/DEPA.

Seção IV
Sobre o caráter analítico do Marco Situacional

O Marco Situacional pretende fazer a ponte entre o conjunto de ideais apresentados no Marco Conceitual e a realidade dos Colégios Militares. Sem os ideais, avaliações do tipo "está bom" ou "está ruim" perdem objetividade, posto que não estará previamente clara a intencionalidade do SCMB: "bom (ou mau) para que fim?"; "bom (ou mau) para formar que tipo de aluno?".

Com este entendimento, os dados apurados nas pesquisas realizadas no **ano de 2014** receberam tratamento analítico, de forma a ultrapassar o caráter descritivo ("o que é") e favorecer um caráter de prospecção ("o que é, em relação a...").

Este entendimento é fundamental para o desdobramento do PP/SCMB, que é a construção dos Marcos Operacionais pelos CM, já que, nesta etapa, os CM precisam se posicionar em relação aos objetivos definidos para cada aspecto considerado.

Por exemplo: a pesquisa do Marco Situacional apurou as condições físicas das salas de aula de cada CM. Porém, para construirmos um juízo de valor quanto a estas salas - aquilatarmos se elas são boas ou ruins -, é necessário considerar qual é a proposta de trabalho pretendida pelo CM, o que tem a ver com a corrente pedagógica afirmada no Marco Conceitual. Diferentes correntes proporão condições diferentes de ensalamento (número de alunos por sala), estratégias didáticas diferentes, etc.

CAPÍTULO II
CARACTERIZAÇÃO DO SCMB POR MEIO DOS COLÉGIOS MILITARES

Seção I
Disponibilidade de expansão

O primeiro aspecto físico considerado foi a possibilidade de cada CM expandir sua área construída, o que tem relação direta com a eficaz implantação do Turno Integral ou a expansão do efetivo discente.



Segundo este levantamento, os CMC, CMS e CMSM detêm a condição prévia para expandir suas edificações, se necessário, bem como os CMB, CMF, CMM e CMPA não detêm nenhuma condição para efetuar esta expansão, com base em seus atuais aquartelamentos.

Seção II
Existência de dependências nos CM

Tomando como base uma lista prévia de dependências cuja existência é desejada para os CM, verificou-se que, com relação à: cantina, cozinha, gabinete odontológico, laboratório de Física, laboratório de Química, posto médico, sala de atendimento psicopedagógico para alunos, sala de atendimento para responsáveis, sala exclusiva para banda de música e vestiários para alunos e alunas, todos os CM se encontram contemplados.

Do mesmo modo, verificou-se que, com relação aos itens abaixo listados, a existência não é plena:

Gp[1]	Existência de	CM / não tem
1	Área para coleta / reciclagem de lixo	BH, C, CG, RJ
	Área externa para embarque / desembarque de pessoas	BH, CG
	Sala exclusiva para Grêmios e Clubes	B, CG, M, RJ, S, SM
	Sala exclusiva para leitura	B, CG, F, M, R, RJ, S
	Sala exclusiva para professores	CG
	Vestiário para professores	BH, CG, F, M, R, S, SM
2	Auditório com capacidade para + de 200 pessoas	M, SM, S
	Biblioteca escolar de grande porte (+ de 6000 itens)	CG, JF
	Dep. e vias adequadas a pessoas com deficiência/ mobilidade reduzida	B, BH, C, CG, F, JF, M, R, RJ, S

1Gp 1 = 1 ano; Gp 2 = 3 anos; e Gp 5 = 5 anos

Gp[1]	Existência de	CM / não tem
2	Espaço exclusivo para apresentações artístico-culturais	CG, F, M, PA, R, RJ, S
	Estacionamento interno para funcionários	PA
	Laboratório de Biologia	CG
	Laboratório de Informática (multimídia)	M, RJ, SM
	Refeitório para alunos	CG, F, JF, PA, R
	Sala de dança	CG, M, PA, R, RJ
	Sala exclusiva para coral	CG, JF, M, PA, R, RJ, S, SM
	Sala exclusiva para grupo de teatro	CG, F, JF, M, PA, R, RJ, S, SM
3	Campo de futebol	PA, SM
	Ginásio polidesportivo	B, PA
	Museu	BH, CG, JF, M, PA, SM
	Piscina	PA, SM
	Pista de atletismo	PA, SM

A separação em três grupos aponta para a prioridade dada à conquista dos itens: aqueles constantes do Grupo 1 são prioritários em relação ao Grupo 2, que são prioritários em relação ao Grupo 3.

Seção III
Salas de aula

Este item se refere às condições materiais das salas de aula. Para as dimensões, tomou-se como referência a metragem de 42m^2, indicada para uma turma de trinta alunos. Com relação a este parâmetro, os CM se encontram distribuídos como a seguir:

Mais de 50% das salas iguais ou maiores que a metragem padrão	10
De 30 a 50% das salas iguais ou maiores que a metragem padrão	02
Menos de 30% das salas iguais ou maiores que a metragem padrão	0

Sobre a climatização:

Quantidade de salas	Possui ventilador	Possui ar-condicionado / sistema de climatização
Todas	7	3
Nenhuma	3	3
> que 50%	1	0
30 a 50%	1	1
< que 30%	0	6

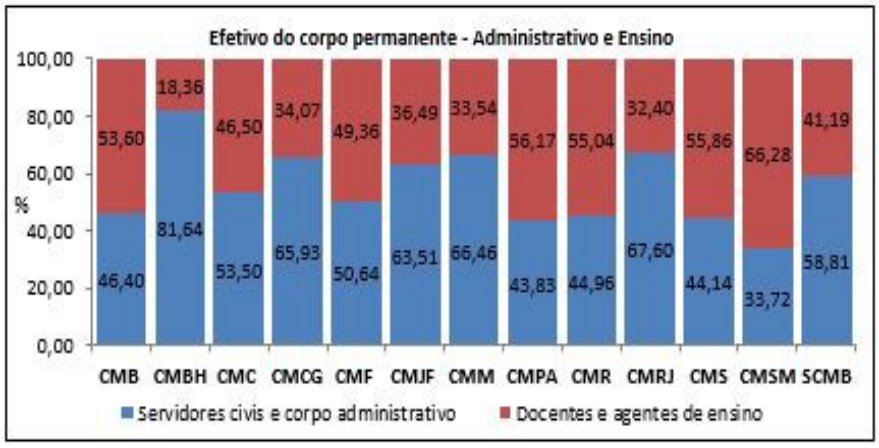
Sobre as lousas:

Quantidade de salas	Quadro de giz	Quadro branco	Lousa interativa
Todas	1	10	3
Nenhuma	9	1	1
> que 50%	1	0	0
30 a 50%	1	0	2
< que 30%	0	1	6

Os CM acusaram a presença de meios auxiliares diversos em suas salas, tais como: retroprojetor e/ou projetor exclusivo; monitor ou TV exclusivo; aparelho de som /som portátil exclusivo; tela de projeção exclusiva; meio de informática exclusivo para uso docente (desktop, notebook ou tablet); meio de informática exclusivo para uso discente (desktop, notebook ou tablet); acesso à internet; etc.

Na etapa seguinte do PP/SCMB ("Orientações para os Marcos Operacionais dos CM") serão detalhadas as características de uma sala de aula referencial.

Seção IV
Recursos humanos - Efetivo do Corpo Permanente (administrativo e ensino)

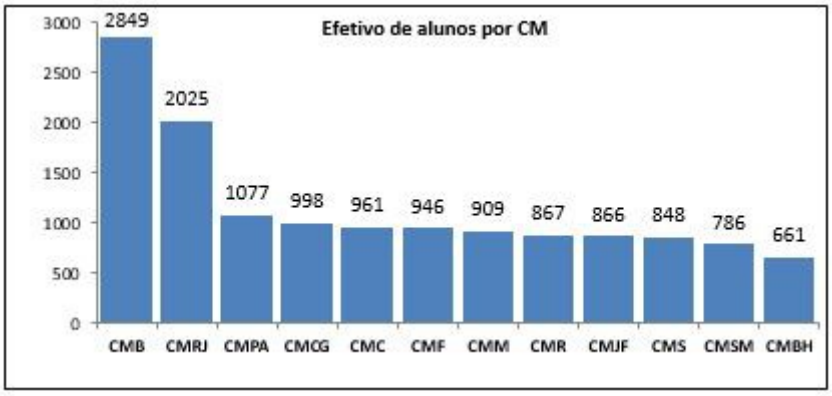


A pesquisa buscou relacionar os efetivos empregados na atividade-fim (ensino) e na atividade-meio (administração), para visualizar - ainda que de modo incipiente - o "peso" de cada Colégio.

Tal relacionamento carece de aprofundamento, servindo como uma primeira aproximação para o problema do desvio de funções dentro dos CM. As perguntas decorrentes são: os CM mais "pesados" (maior percentual de efetivos concentrados na administração), como é o caso, aparentemente, dos CMBH e CMRJ, estão desviando efetivos originalmente destinados ao ensino para funções administrativas? Eles poderiam reduzir estes efetivos em benefício daqueles?

Da mesma forma, os CM aparentemente mais "leves" (CMS e CMSM) tem algo a ensinar aos demais quanto a seus processos administrativos? Existe relação observável forte entre as proporções ensino/administração e o rendimento escolar dos discentes, o que justificaria, de forma mais urgente, a otimização dessa relação?

Seção V
Efetivo Discente



O ensinamento a ser tirado do gráfico anterior - o qual representa um seqüenciamento por efetivo discente pouco sujeito a modificações - é que, quanto a este parâmetro, os CM se agrupam em duas categorias: os Colégios grandes (CMB e CMRJ) e os Colégios pequenos (os demais).

Existem problemas que podem ser esperados nos CM grandes, porém não são inseparáveis do tamanho dos mesmos. Por exemplo: efetivos muito grandes de alunos predispõem o Colégio a problemas de ensalamento (mais de 30 alunos por sala de aula), mas não condenam os CM a esta fatalidade (os CM podem manter a proporção professor/aluno próxima de 1/10 e dispor de salas suficientes).

Seção VI
Diagnóstico Escolar - Média total de reprovação



Dados médios de reprovação como os acima apresentados, que não estratificam o fracasso escolar segundo as condições de ingresso dos alunos (processo seletivo ou amparo) são pouco ilustrativos. Para um entendimento mais preciso, os CM devem acompanhar os polígrafos sobre Rendimento Escolar expedidos anualmente pela DEPA, bem como lançar mão de suas Seções Técnicas de Ensino (STE).

Em linhas gerais, a distribuição do fracasso pelos anos letivos é homogênea entre os CM. Existem patologias de avaliação já identificadas, como é o caso do efeito-barreira - tendência de retenção em série específica (normalmente o 9º EF e/ou o 1º EM) - que são recorrentes (sobre as patologias de avaliação, ver as Normas para Avaliação da Educação Básica/2015 - NAEB/2015).

Seção VII

Diagnóstico Escolar - Por ano escolar / disciplina

6º ANO	CM*	7º ANO	CM*	8º ANO	CM*	9º ANO	CM*
Matemática	8	Matemática	10	Matemática	9	Matemática	5
Português	3	Português	1	Português	2	CFB	3
Inglês	1	Inglês	0	CFB	1	Desenho	2
Desenho	0	Desenho	0	Inglês	0	Português	1
CFB	0	CFB	1	Desenho	0	História	1
Geografia	0	Geografia	0	Geografia	0	Inglês	0
História	0	História	0	História	0	Geografia	0
Total	12	Total	12	Total	12	Total	12

*quantidade de CM que reprovaram, por disciplina

Como pode ser observado na tabela acima, a disciplina de Matemática é fonte mais constante de reprovações, no EF, seguida pela Língua Portuguesa e, excepcionalmente, pelas Ciências Físicas e Biológicas (CFB).

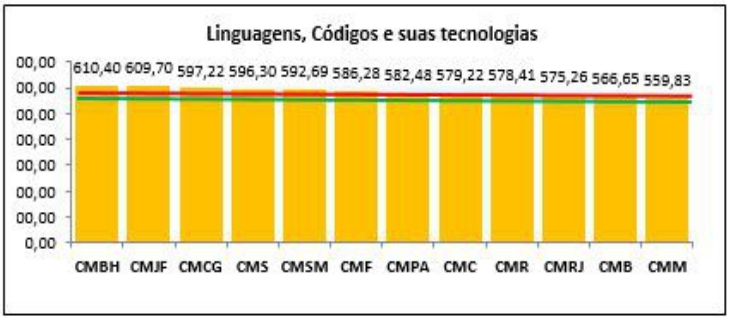
1º ANO	CM*	2º ANO	CM*	3º ANO	CM*
Química	5	Matemática	6	Matemática	5
Matemática	3	Física	5	Física	2
Biologia	2	Química	1	Português	1
Física	2	Português	0	Biologia	1
Português	0	Inglês	0	Inglês	0
Inglês	0	Espanhol	0	Espanhol	0
Espanhol	0	Biologia	0	Química	0
Geografia	0	Geografia	0	Geografia	0
História	0	História	0	Histór	0
Filosofia	0	Filosofia	0	Filosofia	0
Sociologia	0	Sociologia	0	Sociologia	0
Total	12	Total	12	S/reprov.	3
				Total	12

*quantidade de CM que reprovaram, por disciplina

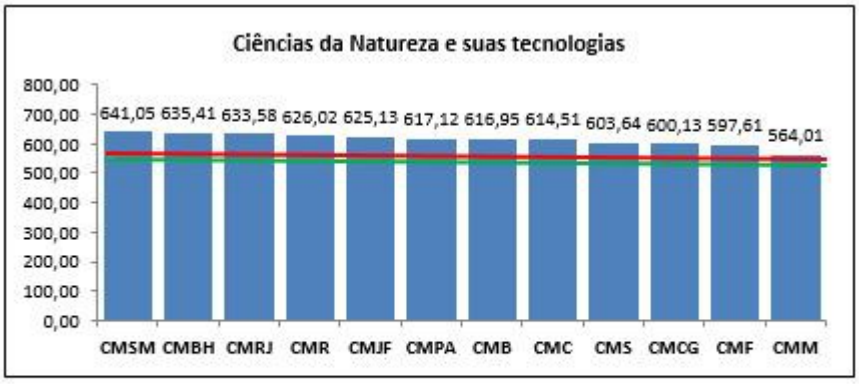
No EM, o conjunto de disciplinas da área do conhecimento “Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias” detém a maioria das reprovações, assim como a área das “Ciências Humanas e suas Tecnologias” não detém nenhuma reprovação.

Seção VIII
Exame Nacional do Ensino Médio

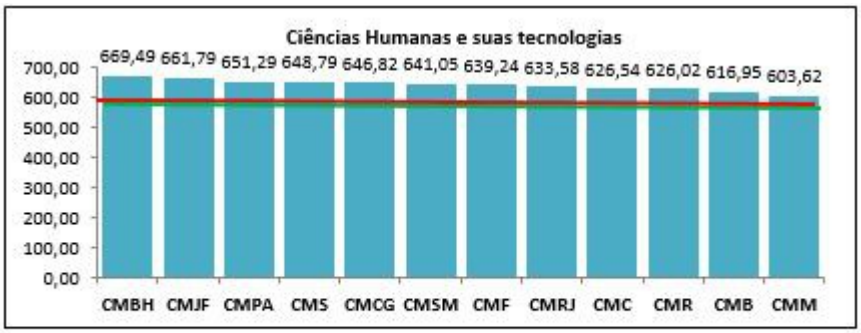
Médias por área de conhecimento (ano 2012)



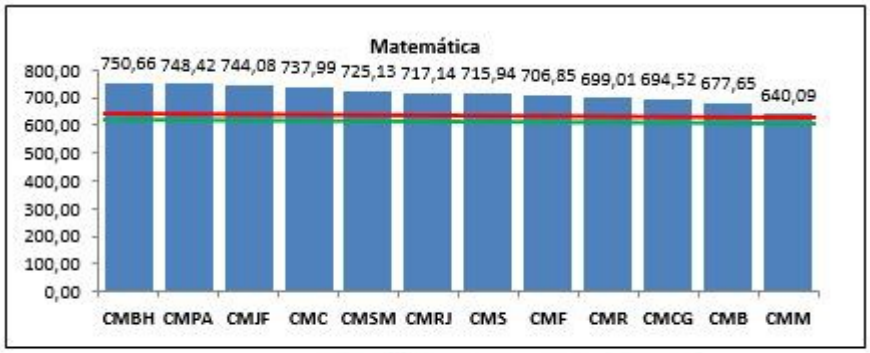
545,08 (média nacional das escolas federais)
544,52 (média nacional das escolas particulares)



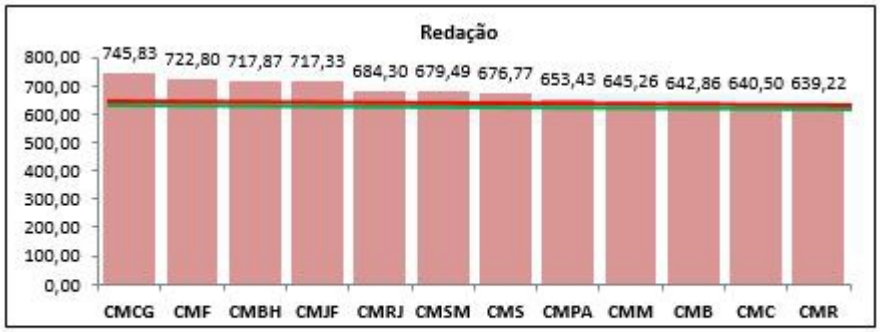
547,76 (média nacional escolas federais)
541,28 (média nacional escolas particulares)



590,00 (média nacional escolas federais)
583,94(média nacional escolas particulares)



625,24 (média nacional escolas federais)
615,07 (média nacional escolas particulares)

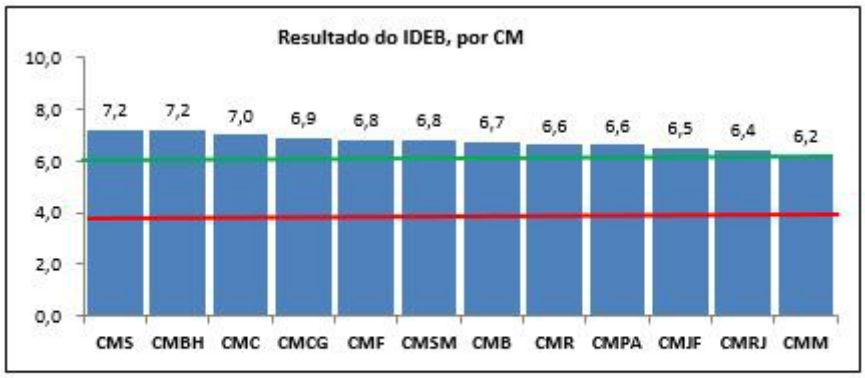


613,07 (média nacional escolas federais)
602,16 (média nacional escolas particulares)

Todos os CM se encontram próximos quanto a seus resultados, em todas as áreas de conhecimento e na redação. Da mesma forma, é forte a relação entre os perfis discentes por condição de ingresso (processo seletivo ou amparo) e a distribuição dos CM nos gráficos.

É um aspecto útil para aperfeiçoamentos as exceções a estes padrões: quando CM de forte presença de alunos concursados se encontram a direita da distribuição nos gráficos.

Seção IX
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Prova Brasil (ano 2011)



3,9 (média nacional escolas públicas)
6,0 (média nacional escolas particulares)

Seção X

Avaliação Diagnóstica - Efeito-Escola



A avaliação diagnóstica foi nacionalizada pela DEPA em 2011, com vistas a padronizar a referência de aptidão dos alunos assistidos pelo SCMB. Assim, espera-se que expressões do tipo "apto com restrição" e "inapto" possam ser intercambiadas pelos CM, sem desnível entre os Colégios.

A aprovação do público com dificuldades diagnosticadas nesta avaliação é um indicador de efeito-escola, ou seja, da capacidade de a escola modificar o aluno no interesse dos objetivos educacionais colimados.

Seção XI

Aprovação na EsPCEx (ano 2013)

OM	Inscrição	Aprovação	%
CMB	75	24	**32,0**
CMBH	15	8	**53,3**
CMC	31	11	**35,5**
CMCG	40	11	**27,5**
CMF	33	10	**30,3**
CMJF	27	17	**62,9**
CMM	26	5	**19,2**
CMPA	41	23	**56,1**
CMR	87	22	**25,3**
CMRJ	56	6	**28,6**
CMS	10	3	**30,0**
CMSM	34	9	**26,5**

A aprovação na EsPCEx cumpre dupla finalidade para o ensino: é um objetivo histórico do SCMB, posto que os CM sempre se prestaram à reprodução do efetivo da oficialidade; e se presta a avaliação do rendimento escolar, como indicador externo.

Seção XII
Acessibilidade - adequação das estruturas físicas

Os itens a seguir, extraídos das normas pertinentes, servem como um inventário para que cada CM conduza seu "checklist". O progressivo condicionamento dos Colégios às normas de acessibilidade, com vistas à inclusão de alunos com necessidades especiais, se encontra regulado em outros dispositivos.

Subseção I
Acesso principal do estacionamento

- rebaixamento da calçada com sinalização tátil de alerta e direcional;

- sinalização visual no ponto de embarque e desembarque (de veículos, ônibus escolares e viaturas); e

- sinalização tátil no ponto de embarque e desembarque (de veículos, ônibus escolares ou viaturas).

Subseção II
Entrada do Colégio

- rampas de acesso de 1,20/1,50 m, c/ inclinação dos patamares de até 3%;

- catracas especiais para pessoas com cadeira de rodas (PCR);

- faixas de pedestres elevadas em relação a dos veículos;

- sinalização tátil de alerta; e

- sinalização tátil direcional.

Subseção III
Banheiros

- portas adequadas para acesso de pessoas com cadeira de rodas (PCR);

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- área interna mínima entre 1,50 X 1,70;

- piso antiderrapante;

- lavatório com altura entre 0,78 a 0,80m em relação ao piso;

- barras de apoio junto ao lavatório, na altura do mesmo;

- dispositivo de emergência ao lado da baxia e/ou do box do chuveiro para acionamento em caso de queda;

- torneira do tipo alavanca ou célula fotoelétrica;

- espelhos com 0,90 m de altura em relação ao piso;

- quantidade mínima de 5% de banheiros acessíveis, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos; e

- quantidade mínima de 5% de banheiros acessíveis, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos funcionários e professores.

Subseção IV
Vestiários

- portas adequadas para acesso de pessoas com cadeira de rodas (PCR);

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- sinalização tátil direcional;

- piso antiderrapante em todas as áreas do vestiário;

- cabinas individuais com dimensões mínimas de 1,80 X 1,80, com superfície para troca de roupa, barras de apoio, espelhos e cabides exclusivos;

- boxes com dimensões mínimas de 0,90 X 0,95m;

- banco articulado ou removível no interior do box;

- chuveiro com acionamento tipo alavanca ou fotoelétrico;

- mínimo de 5% dos sanitários dos vestiários acessíveis;

- barras de apoio junto ao lavatório, na altura do mesmo;

- torneira do tipo alavanca ou célula fotoelétrica; e

- espelhos com 0,90 m de altura em relação ao piso.

Subseção V
Auditório

- rampas de acesso de 1,20 a 1,50 m, com inclinação dos patamares de até 3%;

- equipamento eletromecânico para acesso às dependências do auditório;

- portas adequadas para acesso de Portador de Cadeira de Rodas (PCR);

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- sinalização tátil direcional;

- piso antiderrapante em todas as áreas do auditório;

- espaços de 1,20 X 0,80 m reservado para pessoas em cadeira de rodas (PCR);

- espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida (PMR);

- espaços reservados para pessoas obesas (PO);

- espaços reservados para PCR, PMR e PO identificados com sinalização no local;

- rampa com corrimão para acesso ao palco;

- equipamento eletromecânico de acesso ao palco; e

- previsão de local no palco destinado a intérprete de Libras.

Subseção VI
Piscina

- rampas de acesso de 1,20 a 1,50 m, com inclinação dos patamares de até 3%;

- equipamento eletromecânico para acesso às dependências da piscina;

- portões adequados para acesso de Portador de Cadeira de Rodas (PCR);

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- sinalização tátil direcional;

- piso antiderrapante em todas as áreas da piscina;

- previsão de área de transferência de usuário de cadeira de rodas para cadeira anfíbio (que possibilita a passagem pelo chuveiro e o acesso à piscina);

- bordas e degraus de acesso à água com acabamento arredondado;

- acesso à água através de degraus, rampas submersas, bancos de transferência ou equipamento de transferência; e

- instalação de barras de apoio nas bordas internas das piscinas.

Subseção VII
Bebedouros

- instalação de no mínimo 50% de bebedouros acessíveis por pavimento;

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- bebedouro acessível com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso;

- bicas frontais com altura de 0,90m;

- botão de acionamento frontal ou lateral;

- bebedouros do tipo garrafão ou filtros com célula fotoelétrica com acionamento e copos posicionados à altura entre 0,80 e 1,20m do piso; e

- instalação de barras de apoio nas laterais.

Subseção VIII
Salas de Aula

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- sinalização tátil direcional;

- portas adequadas com no mínimo 0,90m de abertura;

- mínimo de 1% de carteira acessível a PCR; e

- lousas acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90m do piso.

Subseção IX
Refeitórios

- sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- sinalização em Braille;

- sinalização tátil de alerta;

- sinalização tátil direcional;

- portas adequadas com no mínimo 0,90m de abertura;

- mínimo de 5% de mesas acessíveis a PCR;

- possibilidade de 10% de mesas adaptáveis para acessibilidade;

- previsão de passa-pratos com altura entre 0,75 e 0,85 m do piso;

- mínimo de 50% de balcões de auto-serviço acessível para PCR;

- bandejas, talheres, pratos, copos, tempeiros e bebidas dentro da faixa de alcance manual;

- área de mesas com espaço mínimo entre as mesas de 0,90m; e

- menu em Braille.

Subseção X
Outros itens de acessibilidade

- estacionamento interno com sinalização horizontal;

- vagas de estacionamento destinadas a PCR com no mínimo 1,20m de largura;

- vagas de estacionamento com sinalização visual contendo símbolo internacional de acesso;

- vagas de estacionamento com rampas de acesso à calçada;

- vagas de estacionamento destinadas a pessoas idosas;

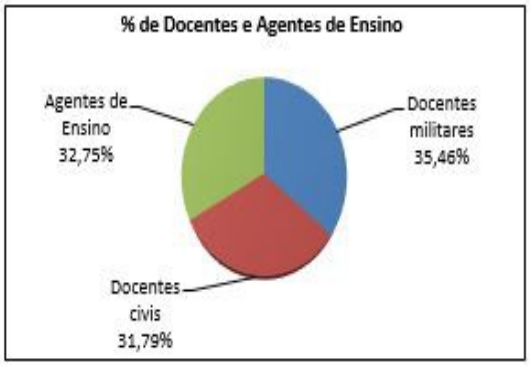
- elevador vertical ou inclinado para acesso de PCR e PMR;

- plataforma elevatória de percurso vertical e inclinado para PCR e PMR; e

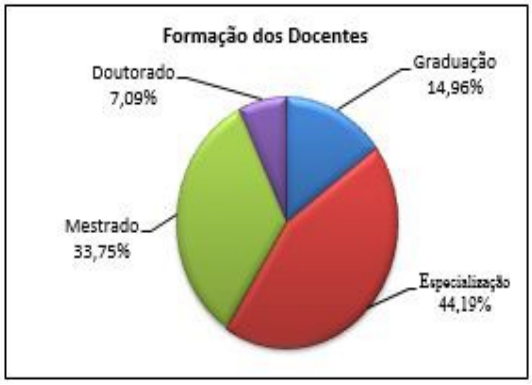
- corrimãos adequados à acessibilidade nas áreas internas do CM.

CAPÍTULO III
PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DOCENTES E AGENTES DE ENSINO

Seção I
Identificação do perfil - por categoria



Seção II
Identificação do perfil - Por formação





Seção III
Identificação do perfil - Por disciplina



Seção IV
Agentes de ensino por categoria



Seção V
Dados complementares à formação

Subseção I
Docentes/agentes de ensino que possuem formação ou algum curso com foco na educação inclusiva:

SIM	179	10%
NÃO	1.589	90%

Subseção II
Docentes/agentes de ensino que têm interesse em realizar curso na área da educação inclusiva:

SIM	949	54%
NÃO	819	46%

CAPÍTULO IV
PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES

Boa parte dos itens observados no levantamento referente aos discentes compreende aspectos que não podem ser modificados pelos CM. Passam a ser, assim, "dados do problema", aquelas invariáveis sobre as quais devemos deter o maior conhecimento possível, porém sabendo que as mesmas permanecem inacessíveis à intervenção do SCMB.

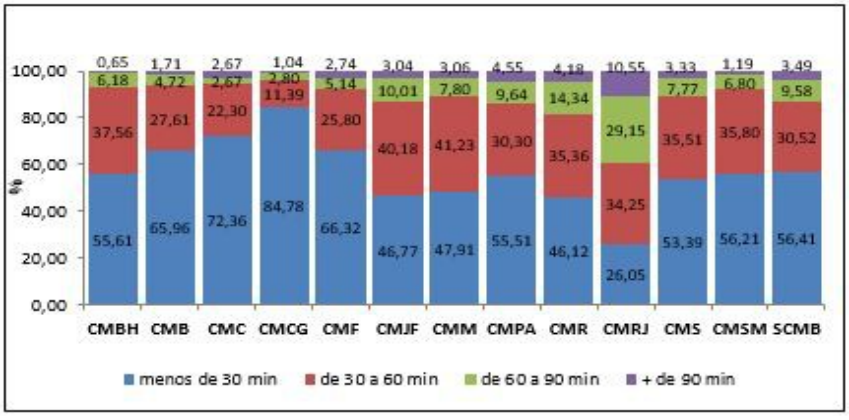
Seção I
Origem do ingresso

concursado	3069	26%
não concursado	8801	74%

Seção II
Gênero

masculino	6362	53%
feminino	5610	47%

Seção III
Tempo médio de deslocamento do domicílio ao CM



Seção IV
Nível de escolaridade dos responsáveis

Subseção I
Escolaridade dos pais

Fundamental incompleto	168	1%
Fundamental completo	343	3%
Médio incompleto	347	3%
Médio completo	3123	26%
Superior incompleto	960	88%
Superior completo	4219	35%
Pós-graduado	2812	23%

Subseção II
Escolaridade das mães

Fundamental incompleto	290	2%
Fundamental completo	411	3%
Médio incompleto	526	4%
Médio completo	3306	28%
Superior incompleto	1115	9%
Superior completo	3631	30%
Pós-graduada	2693	22%

CAPÍTULO V
DIAGNÓSTICO SINTÉTICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL

O Marco Conceitual, em sua síntese, aponta para um perfil de aluno: cidadão, crítico e proativo - coerente com a demanda da sociedade contemporânea -, a ser alcançado pela atuação dos Colégios Militares. O Marco Situacional, por sua vez, permite perceber que cerca de 25% dos estudantes já são incorporados ao SCMB próximos a este perfil. Resta, aos Marcos Operacionais dos Colégios, definirem estratégias para a equalização de todo o Corpo Discente.

Como é possível depreender do histórico do Sistema, as mudanças nas políticas públicas nacionais de ensino, em consonância com transformações em nível mundial, incrementaram a finalidade assistencial dos Colégios Militares, permitindo a ampliação do acesso a uma gama muito mais diversificada de alunos.

O novo público assistido demanda, para o SCMB, modificações profundas em sua orientação educacional, no sentido de incrementar o que se passou a chamar de “efeito-escola”, como a pertinência e a eficácia de todas as ações ocorridas no âmbito do ensino quanto ao rendimento escolar dos discentes. Atender a esta demanda é fazer com que o novo público assistido, aquele que só alcançou a condição de aluno mercê das profundas alterações contextuais ocorridas do fim do século XX para os dias de hoje - e abraçadas pelo Exército Brasileiro -, possa ombrear com o público escolhido por processo seletivo, aquele que, historicamente - segundo um processo que não cabe ser detalhado neste documento - sempre garantiu o patamar de proficiência, por meio do qual a identidade de excelência dos Colégios Militares foi estabelecida.

Se o Marco Conceitual sinaliza para esta necessidade de adequação - investir no *efeito-escola* para resgate do novo público assistido, visando equalizá-lo com o alunado que já serve de parâmetro aos ótimos resultados do Sistema -, o Marco Situacional fornece a medida da distância e a direção a ser perseguida pelos Colégios, quanto ao objetivo final do Sistema. Como organizadores para o esforço de cada uma das unidades do SCMB, a DEPA propôs um conjunto comum de quinze metas, as quais serão apresentadas e detalhadas no capítulo a seguir.

TÍTULO III
MARCO OPERACIONAL

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

Reiterando, para fim didático, importa deixarmos claro como funciona um Projeto Pedagógico (PP), segundo a metodologia de VASCONCELLOS (2008)[1]. Duas palavras são muito importantes: ***coerência*** e ***continuidade***.

Coerência, porque se busca integrar todas as instâncias do processo ensino-aprendizagem em um mesmo referencial teórico. Não existem incongruências quando se passa dos currículos para as aulas, ou destas para a avaliação. Também não há dissonância entre a expectativa de aluno que transparece nas normas e aquele discente com o qual convivem os professores, no dia-a-dia escolar.

Continuidade, porque estas orientações permanecem ao longo de um tempo maior, permitindo o planejamento, a execução e a avaliação do que foi planejado. Os sobressaltos são reduzidos - ainda que não extintos - e aquelas mudanças inerentes às escolas militares (como as substituições das chefias) ocorrem com traumas muito menores.

Ao mesmo tempo, ***coerência*** e ***continuidade*** não querem dizer ***imobilismo*** e ***autoritarismo.*** A construção do PP se dá ouvindo a todos e são preservadas oportunidades frequentes de discussão e reavaliação do que está acontecendo. Estes mecanismos garantem o respeito à dinâmica da educação, sempre em diálogo com a sociedade da qual faz parte.

A própria estrutura modular da concepção do PP ratifica estas palavras-chave: o ***Marco Conceitual*** (***ou Filosófico***) fixa as bases teóricas sobre as quais o restante do projeto será edificado. Que tipo de sujeitos queremos formar? Para qual sociedade? O ***Marco Situacional*** (***ou Referencial***) posiciona os CM no terreno, deixando explícitas as distâncias destes em relação aos ideais do ***Marco Conceitual***. Esta primeira relação estabelecida é muito importante: só podemos atribuir valor à situação atual dos CM (aquilatar se os mesmos estão bem ou mal) quando os relacionamos, segundo parâmetros bem definidos, a objetivos claros.

Por fim, chegamos aos ***Marcos Operacionais*** dos CM, única etapa que é plural dentro do PP/SCMB. Isso, porque reconhecemos que os CM são unidades diferentes, integradas em um Sistema de objetivos claros. Por sua diferença, precisam descobrir, planejar, executar e avaliar estratégias particulares para se deslocar na direção dos objetivos comuns do SCMB.

A DEPA, como promotora da elaboração dos dois primeiros marcos, fixa, neste documento, orientações para os CM construírem seus Marcos Operacionais. Estas se pretendem claras e didatizadas, para que não ocorram desvios ou interpretações errôneas sobre as relações entre o que se espera dos CM e a atual posição de cada um.

As orientações desembocarão em ***metas***, as quais serão seguidas pelos CM. Essas metas deverão ser cumpridas nos prazos especificados de um, três ou cinco anos.

1VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.* São Paulo: Libertad, 2008.

CAPÍTULO II
METAS REFERENTES À CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS COLÉGIOS MILITARES

Estas metas se referem à infraestrutura, compreendendo os aspectos materiais dos CM, suas configurações físicas (aquartelamento, instalações, equipamentos, etc.) e ao rendimento escolar de cada CM. É importante enfatizar que os aspectos de infraestrutura são fortemente influenciados pela linha pedagógica seguida e, recursivamente, influenciam esta linha. Não podemos pensar um lado apartado do outro. Assim, por exemplo, as características físicas de uma sala de aula padrão têm a ver com o tipo de didática que se pretende conduzir nela, e esta didática é tributária de uma corrente pedagógica específica. Se, por algum motivo, o SCMB mudar sua corrente pedagógica - a qual, hoje, é o ***ensino por competências*** e está vinculada ao tipo de sujeito que se pretende formar -, então uma nova concepção de didática será necessária e, talvez, isso implique em redimensionar as características das salas de aula.

META Nº 1: ATINGIR, NO MÁXIMO, O EFETIVO DE ATÉ 30 (TRINTA) ALUNOS EM TODAS AS SALAS DE AULA DO COLÉGIO

A metragem de 42 m^2 tem a ver com uma ***sala de 30 alunos (30 al/sl).*** Esta unidade paramétrica será usada várias vezes neste documento. O SCMB admite variações que vão de 25 al/sl até, em casos excepcionais, 35 al/sl. Esta variação para mais só deverá ser admitida **após iniciado o ano letivo**, como **margem emergencial** para atender as transferências tardias de alunos amparados.

O SCMB entende que 30 al/sl é um efetivo que permite um eficaz manejo de classe, dentro do ensino por competências e com a valorização da avaliação formativa.

Neste contexto, foram distinguidos aqueles CM (CMx, CMx, CMx, CMx,) que têm ou não condições de expansão de novas salas de aula. Entretanto, é importante lembrar que o ***Turno Integral*** é um programa em implantação no SCMB que alcançará, paulatinamente, todos os Colégios. A crescente demanda por vagas é outro vetor na tomada de decisão. Assim sendo, a possibilidade de expansão é uma variável a ser considerada, tendo como foco, sem ultrapassar o efetivo previsto de ensalamento, estes dois objetivos: ***oferecer mais vagas e alcançar o Turno Integral***.

META Nº 2: POSSUIR AS DEPENDÊNCIAS/INSTALAÇÕES LISTADAS NO MARCO SITUACIONAL

Foram elencadas, em uma lista não exaustiva, dependências/ instalações que os CM devem possuir, para melhor atendimento da Proposta Pedagógica do SCMB (esta proposta coincide com o Marco Conceitual do SCMB). Nesta lista, estão identificadas as quantidades de Colégios que possuem /não possuem as dependências/ instalações em tela (com base em informação transmitida pelos próprios CM), de onde decorre a segunda meta.

É claro que a disponibilidade de expansão pode ser um obstáculo intransponível para a construção, em iguais condições para todos os CM, de instalações como um campo de futebol (os CMSM e CMPA não possuem). Neste caso, o CM impedido de cumprir a meta deverá apresentar uma alternativa, como um plano de contingência, para a dependência/ instalação que não consegue ter.

Cumpre lembrar que: 1) na mesma lista, está especulada uma distribuição em três grupos (1, 2 e 3), de prioridades (um ano, três anos e cinco anos, respectivamente) que leva em conta, não a premência em possuir a dependência / instalação que está faltando, mas o grau de dificuldade em obtê-la. Assim é que os CM, considerando suas condições particulares, podem antecipar a obtenção daquilo que lhes for mais premente; e 2) os CM podem encontrar soluções alternativas que os dispensem de possuir as instalações listadas, mas, neste caso, a solução deve ser apresentada à DEPA para ratificação.

META Nº 3: POSSUIR TODAS AS SALAS DE AULA SEGUNDO O PARÂMETRO DA SALA-PADRÃO

Lançando mão da unidade paramétrica "30 al/sl", da qual decorre a metragem-padrão de 42m^2, os CM deverão considerar que uma sala-padrão atende aos seguintes parâmetros:

- é bem iluminada;

- é bem arejada;

- é climatizada (tem climatização compatível com o clima local);

- possui quadro branco;

- possui lousa digital interativa ou outro meio de projeção equivalente;

- possui carteiras que favorecem o trabalho em grupo;

- possui meios audiovisuais que complementam a utilização da lousa digital interativa; e

- está informatizada.

O item acima se divide em três possibilidades:

- *informatização local* - a sala oferece condições para que conteúdos digitais trazidos em mídia pelo docente ou pelos discentes sejam acessados nas aulas;

- *informatização em rede interna* - a sala oferece condições para que conteúdos digitais disponibilizados em uma rede interna do CM sejam acessados nas aulas; e

- *informatização pela internet* - a sala oferece condições para que conteúdos digitais disponibilizados na internet sejam acessados nas aulas.

META Nº 4: REDUZIR OS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM TODOS OS ANOS LETIVOS

Não existe um índice aceitável de reprovação. Toda reprovação indica um fracasso do processo ensino-aprendizagem, ainda que provocado por diversos fatores. É importante incutir em todos os agentes de ensino, ao ponto de se tornar parte da cultura organizacional, a certeza do caráter transitivo da educação: só podemos afirmar que ensinamos alguma coisa, mediante a evidência de que o que ensinamos foi aprendido por alguém.

Fixar metas para a redução da reprovação é sempre muito arriscado, porque estimula o recurso a duas patologias da avaliação: a relativização da qualidade e a adequação das estatísticas (sobre estas e outras patologias, ver as NAEB/2015), ambas representantes de uma distorção geral: a leniência.

Sendo assim, **deve-se apresentar, para cada redução conquistada, o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem vinculado à redução.**

Ainda assim, há que se pressionar pelo aperfeiçoamento de um processo que, hoje, culpabiliza fortemente o discente, sem estender as causas aos demais intervenientes: docentes, corrente pedagógica, gestão escolar, etc.

META Nº 5: PLANEJAR E EXECUTAR ESTRATÉGIA ESPECÍFICA PARA O COMBATE AO FRACASSO ESCOLAR NA ÁREA DE CONHECIMENTO "MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS", COM DESTAQUE PARA A DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

Conforme explicitado neste documento, a disciplina de Matemática, para o Ensino Fundamental, e as disciplinas da área de conhecimento "Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias", para o Ensino Médio, são aquelas que mais reprovam dentro do SCMB. Há que se considerar toda uma literatura sobre os problemas - no Brasil e no mundo - quanto ao ensino de Matemática e de Ciências, bem como particularizar estes problemas em relação à história do SCMB.

Tendo como ponto de apoio os profissionais formados nos cursos de Multiletramentos conduzidos pela DEPA, no período de 2010 a 2012, os CM devem propor estratégias de incremento à aprendizagem da área em tela, de modo a destacá-la no combate ao fracasso escolar.

Para a disciplina de Matemática, especificamente, considerando a reincidência de resultados abaixo das expectativas da DEPA nas avaliações anuais promovidas por esta Diretoria, os CM deverão apresentar suas estratégias já na 25ª Reunião do Conselho de Ensino da DEPA (Colégio Militar de Salvador, 2015).

META Nº 6: ACOMPANHAR O ANO ESCOLAR DOS ALUNOS CLASSIFICADOS, NA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA, COMO "INAPTOS" OU "APTOS COM RESTRIÇÃO", PARA O ANO DE INGRESSO NO SCMB.

A avaliação diagnóstica, principalmente a partir de sua nacionalização, serve como indicador das condições para a aprendizagem dos alunos recém admitidos no SCMB, além de auxiliar na definição do efetivo inicial para o apoio pedagógico dos CM.

Como mostrado, é possível acompanhar mais de perto o destino daqueles discentes que, quando desta avaliação, foram classificados como "inaptos" ou "aptos com restrição" para o ano letivo pretendido. Estes alunos são merecedores de atenção especial dos CM e sua aprovação, ao final do ano, atesta o efeito-escola sobre eles.

As informações sobre o acompanhamento dos alunos que realizaram as avaliações diagnósticas devem subsidiar a atuação das Seções de Apoio Pedagógico (SAP) e a tomada de decisão do Comando do CM, quando dos Conselhos de Classe, em especial o Conselho de Classe de Recuperação.

META Nº 7: AUMENTAR OS ÍNDICES DE INSCRIÇÃO E DE APROVAÇÃO NO CONCURSO PARA A ESPCEX.

A aprovação na EsPCEx vincula-se, diretamente, com a definição histórica da finalidade preparatória dos CM, que é a aprovação para as carreiras militares, em especial para aquela Escola, conforme previsto na Lei de Ensino do Exército (Lei 9.786/99).

META Nº 8: ADEQUAR-SE À ACESSIBILIDADE E À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONFORME CALENDÁRIO ESPECÍFICO.

A questão da Educação Inclusiva, em toda a sua complexidade, é tratada em documentação e Projeto próprios.

META Nº 9: MONITORAR OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA NACIONAIS (ENEM / IDEB) COMO UMA FERRAMENTA ESTATÍSTICA PARA APRIMORAR E APERFEIÇOAR AS AÇÕES VOLTADAS PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DO SCMB.

O ENEM e a Prova Brasil são dois dos maiores indicadores externos dos quais os CM podem se valer para comparar seus resultados quanto ao rendimento escolar. Entretanto, cabe frisar que deve ser feito um uso muito cuidadoso desses parâmetros, os quais se voltam para resultados finais dos alunos, desconsiderando o processo de construção dos mesmos.

Seguindo este entendimento, deve ser respeitada a causalidade do processo ensino-aprendizagem: a melhora do processo deve acarretar, como consequência, a melhora dos resultados nos indicadores, e não o contrário (e esse é o risco): tomar-se o indicador como um farol capaz de ditar mudanças no processo ensino-aprendizagem.

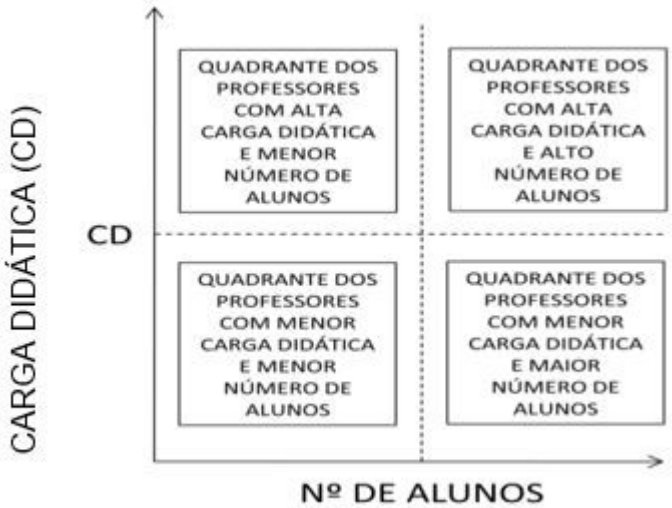
Assim, os CM devem monitorar estes (e outros) indicadores, atentos para a sua conservação e aperfeiçoamento, porém entendendo que eles só melhorarão como consequência de ações voltadas para o Projeto Pedagógico do SCMB.

CAPÍTULO III
METAS REFERENTES AO PERFIL DOCENTE/AGENTE DE ENSINO

Os efetivos docentes no SCMB são compostos por professores civis ou militares. Estas classificações, por sua vez, estratificam-se em classes menores, como "temporários" ou "de carreira", ou, ainda, segundo as cargas didáticas: "20 horas", "40 horas" e "dedicação exclusiva".

A participação dos docentes no ensino do SCMB varia em função, também, das disciplinas por eles ministradas, posto que estas se apresentam com cargas didáticas diferentes.

Para avaliar as condições de trabalho de todos estes profissionais, frente à demanda da Proposta Pedagógica (Marco Conceitual) do SCMB, é útil confrontar as informações segundo o modelo de gráfico abaixo:



META Nº 10: EQUILIBRAR A RELAÇÃO ENTRE AS CARGAS DIDÁTICAS DE TODOS OS DOCENTES - EM SUAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS - E A QUANTIDADE DE ALUNOS ATENDIDOS POR CADA UM DESSES PROFESSORES.

Cada professor ocupa uma posição no cartesiano, mercê de sua carga didática (CD) - quantas aulas ministra por semana, o que varia de disciplina para disciplina e de nível para nível (Língua Portuguesa no Ensino Fundamental - LP/EF = 5 tempos/turma/semana; Língua Portuguesa no Ensino Médio - LP/EM = 3 tempos/turma/semana; Filosofia = 1 tempo/turma/semana; etc.) - e mercê da quantidade de alunos por turma (sala de aula padrão com 30 al/sl, porém com variações entre os CM e, em cada CM, entre os anos letivos).

Quando feito o levantamento de todos os professores de uma mesma disciplina, é possível identificar:

- aqueles que ministram poucas ou muitas aulas (quadrantes superior e inferior esquerdos);

- aqueles que atendem poucos ou muitos alunos (quadrantes esquerdo e direito inferiores);

- aqueles que ministram muitas aulas para muitos alunos (quadrante superior direito);

- aqueles que ministram poucas aulas para poucos alunos (quadrante inferior esquerdo); e

- a dispersão dentro do grupo de professores da mesma disciplina, ou seja, o grau de diferença entre o nº de alunos e a CD dos professores de uma mesma disciplina.

A corrente pedagógica do ensino por competências, conforme está formulada para o SCMB, impõe um grande trabalho adicional na etapa do planejamento das atividades de ensino, já que obriga à reflexão sobre a prática e à total intencionalidade do que se pretende fazer. Esta etapa de planejamento não é considerada CD, mas carga pedagógica (CP) - aquele tempo do docente que não é, diretamente, didático, porém a serviço da didática (planejamento, reuniões, estudo, etc.).

Na intenção de um equilíbrio entre CD e CP que favoreça a atividade de ensino-aprendizagem, é importante acompanhar a distribuição do esforço dentro das Divisões de Ensino, de modo a trazer todos os docentes para o centro do cartesiano.

Próximo ao centro, tanto aquelas disciplinas que possuem muitos tempos de aula semanais (Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, por exemplo) e que, portanto, não concentram muitos alunos em um mesmo professor, quanto aquelas que, ao contrário, possuem poucos tempos de aula semanais (Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, por exemplo) e concentram, portanto, muitos alunos em um mesmo professor, ficam equilibradas em termo de esforço, favorecendo a excelência de todo o processo demandando pelo ensino por competências: planejamento detalhado das aulas e das avaliações; interdisciplinaridade; execução intencional de estratégias didáticas; avaliações formativas e somativas e investigação - quando necessário - das causas do fracasso escolar.

META Nº 11: AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DE TODOS OS AGENTES DE ENSINO, REDUZINDO A DIFERENÇA ENTRE OS ÍNDICES DAS DIVERSAS CATEGORIAS

A formação continuada dos docentes e demais agentes de ensino tem se mostrado necessária para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Ao longo dos últimos anos, todos os CM têm galgado posições significativas quanto a ampliar a qualificação de seus quadros, principalmente no que tange às capacitações acadêmicas de *lato* e *stricto sensu*. Há que se observar a necessidade de estender o entendimento do que seja a qualificação desejada para, não somente, os cursos acadêmicos, mas a participação em EstAP, eventos fora dos CM, cursos livres, etc.

Observam-se, entretanto, duas necessidades: o avanço na escalada destes índices e a equalização das oportunidades para o aperfeiçamento, entre os professores e os demais agentes de ensino e, no caso da docência, entre os civis e os militares.

A qualificação dos agentes de ensino deve ser pautada por uma norma interna clara e transparente quanto aos critérios de concessão das oportunidades de aperfeiçoamento, devendo ser priorizada, nos próximos anos, a realização de qualificações voltadas para a educação inclusiva.

META Nº 12: COMPLETAR A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO POR COMPETÊNCIAS

O Ensino por Competências presta-se especialmente para o combate ao fracasso escolar.

Estando em consonância com as proposições do Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino do Exército (GTEME) e superando as limitações encontradas na *Pedagogia do Domínio* (mais conhecida omo "taxionomia de Bloom"), o Ensino por Competências - particularmente na vertente desenvolvida pelo SCMB para a Educação Básica - colabora fortemente com o combate ao fracasso escolar, pela transformação que possibilita no tripé *currículo*, *didática* e *avaliação.*

O Ensino por Competências apóia-se em dois eixos principais: a *contextualização* e a *interdisciplinaridade.* Para que o docente mobilize um conteúdo (objeto de conhecimento) em favor do desenvolvimento de uma habilidade no discente, ele necessita propor uma sequência didática na qual o conteúdo seja reinserido no todo do qual foi retirado, processo esse que se dá mediante a *contextualização* desse objeto de conhecimento. É neste esforço que o professor deve buscar contextos relevantes para o aluno, promovendo, assim, a *aprendizagem significativa*.

A *contextualização* ocorre em relação estreita com a *interdisciplinaridade*, uma favorecendo a outra, já que a reintegração dos conteúdos em seus contextos mais complexos sempre os aproxima dos saberes de outras disciplinas, posto que, no ambiente real do qual os conhecimentos foram extraídos para serem ensinados, não existem as divisões epistemológicas que criaram as disciplinas.

Ao necessitar da *contextualização* e da *interdisciplinaridade* para desenvolver habilidades nos alunos e, por meio delas, chegar ao desenvolvimento das competências, o Ensino por Competências impõe modificações profundas no *currículo*. Este deve ser muito mais tópico e genérico - no que é recuperada uma importante proposição do GTEME, a qual alertava contra os currículos "inchados", verborrágicos, enciclopédicos e ensimesmados (desvinculados da aplicação prática) -, possibilitando que os docentes possam criar sequências didáticas diversificadas e originais. O objetivo desta prática diferenciada, no caso do SCMB, é o combate ao fracasso escolar.

O Ensino por Competências, pelos mesmos motivos acima, impõe modificações profundas na *didática*. Esta - agora centrada na modulação chamada de "sequência didática" - tem realçada sua função clínica, ou seja, sua preocupação com a eficácia da aprendizagem do aluno. Boa didática é aquela que favorece a aprendizagem do discente, devendo estar atenta, portanto, às suas características, seus conhecimentos prévios, perfis de inteligência, etc.

Concluindo, então, a descrição do tripé, temos a *avaliação* que, como decorrência da reformulação pedagógica apresentada neste texto em rápidas pinceladas, passa a ocupar posição prioritária ao longo do processo (*avaliação formativa*), e não mais ao fim do processo (*avaliação somativa*). Aquela opção presta-se à clínica, à investigação da relação ensino-aprendizagem, à busca de eficácia e do *efeito-escola*. Esta, ao contrário, acontece sempre no fechamento dos ciclos - de onde sua característica como certificadora -, não favorecendo à retroalimentação do processo.

O esforço esperado pela meta deve traduzir-se, portanto, no aprimoramento das seguintes etapas:

- dominar e utilizar plenamente os Planos de Sequências Didáticas (PSD) produzidos nas reuniões de revisão curricular das áreas de conhecimento;

- produzir e utilizar corretamente os Planos de Execução Didática (PED) e os Planos de Aula;

- produzir e utilizar corretamente os descritores, em todas as disciplinas;

- capacitar os agentes quanto à teoria e à prática do ensino por competências;

- contextualizar, ao máximo, o processo ensino-aprendizagem (currículos, didáticas e avaliação); e

- tornar interdisciplinar, ao máximo, o processo ensino-aprendizagem (currículo, didáticas e avaliações).

CAPÍTULO IV
METAS REFERENTES AO PERFIL DISCENTE

Conforme mencionado no Marco Conceitual, o perfil do aluno do SCMB vem mudando significativamente nos últimos anos, demandando a assunção de uma finalidade assistencial eficaz e efetiva.

Isso implica conhecer muito bem este novo perfil, e, no mesmo movimento, reconhecê-lo como legítimo; a partir deste conhecimento e reconhecimento, traçar estratégias consistentes de combate ao fracasso escolar.

Todas as conclusões, bem como todas as metas apresentadas a seguir, podem ser reunidas em um grande grupo voltado ao estímulo da finalidade assistencial do SCMB, o qual está subdividido em quatro grandes eixos:

- o apoio pedagógico;

- o turno integral;

- o ensino por competências; e

- o projeto valores.

Os quatro grandes eixos acima não esgotam o combate ao fracasso escolar nem, muito menos, a proposta de incremento da finalidade assistencial. Eles se prestam, fundamentalmente, à organização coerente dos esforços: o *projeto valores* é a matriz axiológica por meio da qual o Exército Brasileiro atribui significado à missão dos CM e se faz presente no dia-a-dia escolar; o *ensino por competências* é a corrente pedagógica que atrela - dá coerência - às ações cotidianas dos CM; o *turno integral* é o componente logístico de tempo e espaço necessários à consecução dos objetivos; e o *apoio pedagógico* é a garantia institucional (como um "fiel da balança") de que a prioridade dos esforços é dada aos alunos assistidos pelos CM.

META Nº 13: AMPLIAR, COM EFICÁCIA, A ATUAÇÃO DAS SEÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO (SAP).

Sobre a meta acima, é oportuno complementar que a atuação clínica das SAP - que é, por definição, pontual - será sempre insuficiente, se não for acompanhada pelo reconhecimento - materializado em ações palpáveis (e por palpáveis entendamos aquelas ações passíveis de validação, se

possível, por dados quantificáveis) - de que todo o CM está implicado em ações (políticas) de apoio pedagógico.

A atuação das SAP deve partir das condições mínimas apontadas nas diretrizes correspondentes (NPGE/DEPA), contemplando, cada vez mais, alunos, anos escolares e disciplinas nas atividades clínicas de apoio, de forma a aumentar o resgate dos alunos com dificuldades.

META Nº 14: AMPLIAR A OFERTA DE TURNO INTEGRAL, SEGUNDO AS DIRETRIZES VIGENTES (NPGE - DEPA), ATÉ A TOTALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL.

A referência à "ampliação do tempo disponível para a execução dos projetos pedagógicos" é uma síntese das justificativas para a adoção do turno integral. Estas merecem o detalhamento a seguir, ainda que não exaustivo:

- *Execução da atividade de Apoio Pedagógico.* Aquelas dificuldades atribuídas ao discente da família castrense, as quais são reconhecidas como intrínsecas a carreira militar, demandam, para os CM, investimento específico em ações de apoio. Estas, em boa parte, não encontram tempo disponível em um turno menor de ensino. Sua execução, além deste turno, impõe aos CM dar condições de comparecimento aos alunos, o que só é possível com a formalização deste tempo adicional sob a forma de um turno integral. Os últimos levantamentos realizados pela DEPA, na intenção de identificar as condições favoráveis para um Apoio Pedagógico clínico de bons resultados, confirmam a necessidade do turno integral como viabilização logística dessa atividade.

- *Execução da atividade de recuperação.* Esta atividade, aqui entendida como mais simples que o apoio pedagógico, também demanda, muitas vezes, um tempo para a sua execução que não está disponível no turno reduzido.

- *Aulas específicas de redação.* Um diferencial dos CM é a extensão da carga didática já praticada para a disciplina de Língua Portuguesa (cinco tempos semanais, no Ensino Fundamental). Ainda assim, dados decorrentes, principalmente dos estudos de Letramento, apontam para a validade de aulas específicas de redação (SEM DISPENSAR A PRÁTICA DE REDAÇÃO QUE OCORRE DENTRO DOS TEMPOS DE LÍNGUA PORTUGUESA), para o que não há tempo disponível o turno restrito de meio-expediente.

- *Oferecimento de duas Línguas Estrangeiras*. Hoje, os CM não seguem o determinado pela LDBEN, que é o oferecimento simultâneo de duas línguas estrangeiras no Ensino Médio (apenas uma em caráter obrigatório para o discente, e outra de livre inscrição; o que no caso do SCMB, é entendido como Língua Inglesa obrigatória e Língua Espanhola opcional).

- *Oferecimento de Ensino Religioso.* Também não há tempo disponível, fora da opção pelo turno integral, para o oferecimento ecumênico do Ensino Religioso, em caráter de frequência opcional, como previsto na LDBEN.

- *Oferecimento independente da disciplina de Música* Já se encontra praticamente definido o desmembramento do componente curricular "Música" do interior da disciplina "Arte", para a situação de disciplina autônoma. Com este *status* não há, fora do turno integral, possibilidade de atender a carga didática necessária.

- *Ampliação da carga didática de Filosofia e Sociologia.* Esta é outra expectativa à espera de confirmação: a ampliação, para o Ensino Fundamental, da carga didática das disciplinas em tela.

- *Equalização da oferta de histórico escolar.* Por último, mas, com certeza, não menos importante, é a real possibilidade de, a partir da formalização, no turno integral, das atividades hoje

oferecidas como "extraclasse", se disponibilizar a todos os discentes a construção de um mesmo histórico escolar. Hoje, em que boa parte das atividades é oferecida sob um caráter de eletividade que não dá, a todos os alunos, condições de exercerem uma escolha equânime, os CM acabam por oferecer, na prática, percursos de formação que são diferentes, não pela escolha isenta dos discentes, mas pelas diferentes possibilidades destes alunos custearem, por exemplo, suas refeições nos Colégios.

META Nº 15: IMPLEMENTAR, INCREMENTAR (COM ATIVIDADES CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS) E AVALIAR (COM DADOS QUANTI-QUALITATIVOS) O PROJETO VALORES DO CM.

No intuito de proporcionar uma formação integrada ao aluno do SCMB, uma das vertentes do Projeto Pedagógico destina-se ao desenvolvimento de competências atitudinais ligadas aos valores.

Para esse trabalho, as Seções Psicopedagógicas deverão desenvolver os valores (previstos no Anexo "A" da NPEEB) por meio de Projetos que envolvam a participação dos docentes, do Corpo de Alunos e, quando possível, da família.

A etapa de avaliação deverá ser exposta, por meio de dados, sobre os óbices encontrados e as possibilidades de melhoria.

O Anexo "A" das NPEEB apresenta a lista dos "valores e atitudes" a serem desenvolvidas.

CAPÍTULO V
QUADRO SINÓTICO DAS METAS (OBJETIVOS)

	OBJETIVOS
	Caracterização geral dos CM
1	Atingir, no máximo, o efetivo de até 30 al/sl, em todas as salas de aula do Colégio.
2	Possuir as dependências/instalações listadas no Marco Situacional.
3	Possuir todas as salas de aula segundo o parâmetro da sala-padrão.
4	Reduzir os índices de reprovação em todos os anos letivos.
5	Planejar e executar estratégia específica para o combate ao fracasso escolar na área de conhecimento "Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias", com destaque para a disciplina de Matemática.
6	Acompanhar o ano escolar dos alunos classificados, na avaliação diagnóstica, como "inaptos" ou "aptos com restrição" para o ano de ingresso no SCMB.
7	Aumentar os índices de inscrição e de aprovação no concurso para a EsPCEx.
8	Adequar-se à acessibilidade e à educação especial e inclusiva, conforme calendário específico.
9	Monitorar os indicadores de avaliação de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como uma ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o Projeto Pedagógico do SCMB.
	Perfil docente/agente de ensino
10	Equilibrar a relação entre as cargas didáticas de todos os docentes - em suas respectivas disciplinas - e a quantidade de alunos atendidos por cada um desses professores.
11	Aumentar a qualificação de todos os agentes de ensino, reduzindo a diferença entre os índices das diversas categorias.
12	Completar a implantação do ensino por competências.
	Perfil discente
13	Ampliar, com eficácia, a atuação das Seções de Apoio Pedagógico (SAP).
14	Ampliar a oferta do turno integral, segundo as diretrizes vigentes (NPGE - DEPA), até a totalidade do Ensino Fundamental.
15	Implementar, incrementar (com atividades científicas, artísticas e esportivas) e avaliar (com dados quanti-qualitativos) o Projeto Valores do CM.

CAPÍTULO VI

CRONOGRAMA DE ALCANCE DAS METAS DO MARCO OPERACIONAL - SCMB (PRAZOS)

METAS[1]	SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL - 2015 / 2020											
	CMB	CMBH	CMC	CMCG	CMF	CMJF	CMM	CMPA	CMR	CMRJ	CMS	CMSM
1	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018
2[2]	2020	2018	2016	2018/20	2018	2018	2018/20	2018/20	2018	2020	2018	2018/20
3	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018
4	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
5	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
6	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
7	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
8	2016	2016	2020	2020	2020	2020	2020	2018	2020	2018	2020	2020
9	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
10	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018	2020	2018	2018
11	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18
12	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
13	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18
14	2020	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016/18	2016	2016
15	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016

Legenda:
- prazo máximo até 05 anos
- prazo médio até 03 anos
- prazo mínimo até 01 ano

Obs:
(1) as datas supramencionadas referem-se ao ano limite para o alcance das metas, devendo ser entregues até o mês de dezembro desses anos;
(2) a meta está condicionada a diferentes instalações e diferentes realidades. O cronograma acima prevê prazo médio estimado a partir do marco situacional (p.24).

ANEXOS AO MARCO OPERACIONAL

“A” - MARCO OPERACIONAL DO CMRJ (OMITIDO)
“B” - MARCO OPERACIONAL DO CMPA (OMITIDO)
“C” - MARCO OPERACIONAL DO CMF (OMITIDO)
“D” - MARCO OPERACIONAL DO CMBH (OMITIDO)
“E” - MARCO OPERACIONAL DO CMS (OMITIDO)
“F” - MARCO OPERACIONAL DO CMC (OMITIDO)
“G” - MARCO OPERACIONAL DO CMR (OMITIDO)
“H” - MARCO OPERACIONAL DO CMM (OMITIDO)
“I” - MARCO OPERACIONAL DO CMB (OMITIDO)
“J” - MARCO OPERACIONAL DO CMJF (OMITIDO)
“K” - MARCO OPERACIONAL DO CMCG (OMITIDO)
“L” - MARCO OPERACIONAL DO CMSM (OMITIDO)
“M” - MARCO OPERACIONAL DO CMBel (OMITIDO)

CONCLUSÃO

O objetivo deste documento, como redação do Projeto Pedagógico do SCMB em seus três Marcos (Conceitual, Referencial e Operacional), foi materializar as três posições que, a partir de agora, estabelecerão a direção para o progresso do Sistema: a *posição ideal*, em nosso horizonte de excelência, definida no Marco Conceitual como a posição a qual queremos chegar (política); a *posição atual*, que é nossa excelência hoje, definida no Marco Situacional como registro da situação de todos os Colégios Militares; e o *movimento entre as posições* (estratégia), que é o progresso sem comprometimento de nossa qualidade de educação, definido segundo os Marcos Operacionais de cada Colégio Militar.

O desmembramento do Projeto Pedagógico - único em sua etapa filosófica - em doze situações e doze caminhos a serem percorridos, é o reconhecimento de que existe um objetivo único a ser alcançado (a unidade a ser garantida pela sistematização promovida pela DEPA), porém por percursos que devem admitir as peculiaridades de cada uma de nossas unidades (Colégios Militares): suas diferenças intrínsecas. Os Colégios seguem por caminhos ótimos para cada um deles, para atingir a mesma vitória final.

Esta metodologia impõe ao SCMB, por seu caráter dinâmico, não só acompanhamento constante, mas atualizações periódicas. O Projeto Pedagógico é previsto para sofrer revisões trienais, de modo a que sejam explicitadas as conquistas parciais das metas estabelecidas pela DEPA e que sejam, também, reavaliados os diversos contextos em que os CM estão inseridos.

ANEXOS

“A” - REGIMENTO INTERNO DOS COLÉGIOS MILITARES (OMITIDO)
“B” - PLANOS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS DA ÁREA DE CONHECIMENTO ‘MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS’ (OMITIDO)
“C” - PLANOS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS DA ÁREA DE CONHECIMENTO ‘LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS’ (OMITIDO)
“D” - PLANOS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS DA ÁREA DE CONHECIMENTO ‘CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS’ (OMITIDO)
“E” - NORMAS PARA A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (OMITIDO)
“F” - NORMAS DE SUPERVISÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (OMITIDO)
“G” - NORMAS DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (OMITIDO)
“H” - NORMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR (OMITIDO)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), 1997;

_____. Lei nº 9.876, de 8 fevereiro de 1999. Lei de Ensino do Exército (LEE). Brasília-DF.

_____. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamento da Lei de Ensino do Exército. Brasília-DF.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretriz do Chefe do DECEx / 2013, de 14 Mar 2013;

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. OSv nº 020 - SEÇ ENS/DEPA, de 5 de junho de 2012; e

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. OSv nº 04 - SEÇ ENS/DEPA, de 10 de fevereiro de 2014.